

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

GRAZIELA OLIVEIRA DO ROSARIO

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E MODOS DE VIDA DE MULHERES EM  
SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE - RS**

Porto Alegre  
2015

GRAZIELA OLIVEIRA DO ROSARIO

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E MODOS DE VIDA DE MULHERES EM  
SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE – RS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Idilia Fernandes

Porto Alegre  
2015

GRAZIELA OLIVEIRA DO ROSARIO

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E MODOS DE VIDA DE MULHERES EM  
SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE – RS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Idilia Fernandes - Orientadora

---

Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi - PPGSS/PUCRS

---

Profa. Dra. Dolores Sanches Wünsch - UFRGS

Porto Alegre  
2015

Dedico este trabalho a todas as mulheres em situação de rua, com quem convivi, que fazem do lugar público um lugar possível para sobreviver, que demonstram sua força e que sabem que ser mulher as torna invencíveis.

## AGRADECIMENTOS

Já se passaram dois anos desde que decidi ingressar nessa jornada, e parece tão pouco tempo. De fato amadureci muito com tudo que vivi e isso se deve às pessoas com quem tenho a sorte de contar. Sim, tenho sorte, sorte de ter pessoas que seguraram minhas mãos e secaram minhas lágrimas cada vez que as dúvidas, incertezas e frustrações tomavam conta das minhas madrugadas insones de produção. As pessoas que entenderam o quanto o tema população de rua me é caro e que me incentivaram mesmo debaixo de tempestades e tempo ruim.

Aos meus pais deixo um recado curto, que para mim diz tudo o que palavras podem dizer: AMO VOCÊS. Porque só entendo possível expressar olho no olho um sentimento tão forte. Em um mundo onde amor está banalizado, saber que fui criada e instruída com amor e atenção, fazendo com que hoje, eu seja uma adulta consciente e amorosa, só me faz agradecer mais e mais pelos meus queridos Lêoncio e mãezinha, apelidos carinhosos que vou levar para o resto da vida, do qual dão risada quando eu os pronuncio.

A minha querida primeira orientadora Jane Cruz Prates, do qual bebi muito do conhecimento, sendo minha referência quando se trata de pessoas em situação de rua o meu mais sincero, muito obrigada. Acho que agora o jacaré fez as pazes comigo.

E se o mundo é um ir e vir de travessias, lá estava a Idília Fernandes me aguardando do outro lado da ponte. Obrigada por tua generosidade em me acolher no meio do caminho ainda com tantas dúvidas. Foste uma orientadora genial, e creio que nos atiramos de cabeça juntas neste trabalho. Grata sempre!

Agradeço às queridonas secretárias do PPGSS, Juliana e Andrea, minhas tardes na secretaria sempre me deixaram com sorriso no rosto. Vocês são demais gurias.

As queridas professoras que aceitaram participar da banca. Vocês formam parte fundamental no crescimento e maturidade desta dissertação. Agradeço a forma carinhosa com que conduziram suas considerações e a maneira como fizeram meu horizonte se expandir.

Meus mais sinceros agradecimentos à Satchie Sakamoto e à Priscila Kauffmann, pela ajuda nos momentos de maior correria. Vocês foram fundamentais, gurias. Mitchi, obrigada pelo ombro amigo, por aguentar as nuvens negras que teimavam em pairar sob minha cabeça. Obrigada por me fazer entender que amizade é coisa séria e que querer é poder, sim.

Aos colegas do PPGSS um grande beijo. Cada um de vocês contribuiu com este trabalho e com meu crescimento. Eu poderia dizer o nome de cada um de vocês, mas prefiro que cada um sinta-se beijado e abraçado em pensamento. Das discussões teóricas às rodas de chimarrão tudo valeu a pena.

Que todos nós possamos continuar de mãos dadas na busca por uma sociedade plena de direitos, que possamos problematizar e entender os processos que perpassam em nossas vidas. E sempre a vocês desejo mais e mais amor. Ainda que eu seja um quebra-cabeças em constante construção, vocês foram peças muito importantes neste processo. Obrigada, meus queridos!

## RESUMO

A pesquisa aqui apresentada busca problematizar o tema proposto, as condições e modos de vida de mulheres em situação de rua em Porto Alegre – RS. Tem como finalidade constituir um estudo das experiências e condicionantes sociais do contingente feminino, através do recorte de gênero. Busca contribuir para a produção de conhecimento na área do Serviço Social sobre a temática da população em situação de rua na perspectiva de gênero. Pautada pelo método dialético crítico, que trata-se de um referencial teórico que possibilita a aproximação com a realidade agregando as categorias historicidade, contradição, totalidade e mediação, de modo a compreender o fenômeno, pois se tratam de categorias inerentes ao estudo realizado.

Entende-se que pouca existência de estudos que abordam a relação gênero/rua mostram o quanto este aspecto é negligenciado, em que pesem os avanços conquistados nas últimas décadas na abordagem do feminino quanto na ampliação de políticas públicas para o enfrentamento dos processos de rualização. É importante destacar que o debate sobre gênero não incluí apenas a mulher, contudo nos limites de uma pesquisa de mestrado, com tempo restrito para o seu desenvolvimento, optou-se por buscar desocultar os aspectos que são transversais ao binômio mulher-rua, com destaque às mulhres em situação de rua da cidade de Porto Alegre.

**Palavras chave:** mulher, situação de rua, gênero, rua.

## ABSTRACT

The research presented here seeks to question the theme, the conditions and ways of life of woman who lives in streets in Porto Alegre – RS. It aims to be a study of experiences and social conditions of female contingent, through a gender approach. Sought to contribute to the production of knowledge in the area of social work on the issue of the homeless population in gender perspective. Guided by critical dialectical method, which it is a theoretical framework that enables the approach to reality aggregating the historicity categories, contradiction, totality and mediation in order to understand the phenomenon, since these are categories inherent in the study.

It is understood that little quantity existence of studies that address the relationship genre / street show how this aspect is neglected, in spite of the advances made in recent decades in the female approach in expanding public policies to face the rualização processes. It is important to note that the discussion on gender does not include only the woman, but within the limits of a master's research, with limited time for its development, it was decided to seek to unveil the aspects that are transverse to the woman - street binomial, especially the womans on the streets of Porto Alegre city.

**Keywords:** woman, homeless, gender, street.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: História de vida 1 - Alice, 30 anos. ....	65
Quadro 2: História de vida 2 - Alice, 28 anos .....	70
Quadro 3 A história de Alice I .....	74
Quadro 4 A história de Alice II .....	75
Quadro 5 A história de Alice III .....	76
Quadro 6 A história de Alice IV .....	78
Quadro 7 A história de Alice V .....	79
Quadro 8 Eu vejo o futuro como .....	81

## LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência
CF	Constituição Federal
CNDDH	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis
CNDDH- SDH	Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos - Secretaria Nacional de Direitos Humanos
FASC	Fundação de Assistência social e cidadania
GETMPP	Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de pesquisa econômica aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PMPA	Prefeitura municipal de Porto Alegre
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SDH	Secretaria de Direitos Humanos (SDH)
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUS	Sistema único de saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DOS SUL

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM CENA .....</b>	<b>28</b>
2.1 Exclusão Social e seus paradigmas na vida das mulheres em situação de rua 29	
2.2 População em situação de rua e suas características.....	40
2.3 Patriarcado e feminismo e mulher: teorias que se estendem ao espaço público .....	46
<b>3 MULHERES, VIOLÊNCIA E FUTURO .....</b>	<b>53</b>
3.1 Violência e suas variáveis: insurgências e abuso de poder institucional.....	55
3.2 Corpos que falam: o abuso do corpo e seus rebatimentos .....	64
3.3 Alices e suas histórias: o eu mulher, elas mulheres e o futuro.....	74
<b>4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO ATRAVES DO RECORTE DE GÊNERO .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>99</b>
Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido – Mulheres em situação de rua .....	99
Apêndice B - Roteiro de tópicos-guia para as entrevistas com mulheres em situação de rua .....	101
Anexo C – Parecer Consubstanciado do CEP .....	102

## INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada busca não só entender e problematizar o tema proposto, mas também denota razões subjetivas e concretas da pesquisadora, pois foi pensada a partir das inquietações da mestranda a necessidade de tratar um tema tão presente no cotidiano e ao mesmo tempo bastante velado. Sua finalidade consistiu em estudar quais as experiências e condicionantes sociais do contingente feminino da população da cidade de Porto Alegre, sobretudo das mulheres que se encontram no processo de rualização, no sentindo de contribuir para a produção de conhecimento na área do Serviço Social sobre a temática da população em situação de rua na perspectiva de gênero.

O primeiro contato da pesquisadora com a população em situação de rua deu-se ainda na graduação em Serviço Social, através de estágio na área. Durante aproximadamente três anos ocorreram as aproximações necessárias para nutrir o desejo de desvendar este fenômeno social, que é a rualização. Primeiramente atuando como estagiária em um abrigo/albergue na cidade de Gravataí, o confronto com a realidade da precariedade de espaço físico e parca equipe técnica, com o número cada vez maior de pessoas que procuravam o serviço de atendimento, foi um alerta para a necessidade de aprofundamento. Após esta experiência, a pesquisadora ingressou em um Centro POP, também como estagiária. Um serviço especializado ao atendimento de pessoas em situação de rua, que, no entanto, sofria entraves de gestão, equipe técnica e local. Além de esbarrar em limitação de meta de atendimentos. Ou seja, havia um número limite de pessoas a serem atendidas.

Já no trabalho de conclusão de curso, optou-se por realizar um projeto de intervenção, de forma lúdica com os usuários do serviço Centro POP. A ideia fomentada era a realização de oficinas de vídeo, no sentido de inserir lazer, entretenimento, e debates acerca da situação em que cada pessoa se encontrava. Discutir os processos de rualização, suas etapas e os limites encontrados por cada participante dos grupos. Após tal projeto de intervenção na graduação, optou-se por seguir a mesma linha, dessa forma aprofundando o debate sobre esse fenômeno social.

A opção pelas categorias **mulher** e **rua** se dera, a partir da necessidade de adensamento da temática, tendo em vista que se trata de categorias que estão em frequente aproximação, mas que, no entanto, juntas não suscitaram debates acadêmicos mais aprofundados, até o presente momento. Esse fato se comprova a partir de buscas realizadas no catálogo de teses e dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>1</sup>. Um único trabalho reunia as duas palavras-chave principais, mulher e rua, no entanto não estava situado na área social e sim na área da saúde. Portanto, o escopo dos trabalhos que se aproximam com a temática não é o de analisar os processos e condicionantes sociais das mulheres em situação de rua contemplando a ótica do próprio sujeito que vivência esse movimento, mas investigar temas pontuais, como saúde, por exemplo.

Quanto moradora da cidade de Porto Alegre, a pesquisadora pôde notar que grande parte das pessoas que moram na rua (ou dela vivem) são homens. Poucas são as mulheres que integram a paisagem urbana, o que aflorou a necessidade de realizar uma pesquisa que demonstrasse quem são essas mulheres, onde se encontram neste cenário, tendo em vista que elas parecem mimetizadas em um espaço público. Ora, se não as percebemos, como entender os processos pelos quais passam?

Buscou-se, então, adensar a categoria gênero, como fonte de respostas. Dessa forma, entendeu-se que na perspectiva de gênero, a situação de rua pode representar, dentre outras manifestações de violência, a fragilidade física, psíquica e emocional. Nesse sentido a mulher, enquanto sujeito de direitos, torna-se subjugada pela coletividade, o que exige maior atenção e olhar mais voltado às suas necessidades. Em pesquisa realizada em 2008 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constatou-se que 18,2% das pessoas que foram entrevistadas na cidade de Porto Alegre que se encontravam em processo de rualização eram mulheres, em um universo de 1203 pessoas. Neste mesmo ano, 2008, o Ministério do Desenvolvimento e

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada através do link <<http://capesdw.capes.gov.br/>>. Combinações de palavras-chave foram utilizadas na busca. Foram elas: mulher, rua, rualização, moradoras de rua, população em situação de rua, gênero, moradores de rua. Nessa combinação apenas um trabalho se aproximou da proposta aqui referida, em que o autor trata sobre as mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, no entanto sua abordagem se dá na perspectiva das políticas públicas, principalmente a de saúde, tendo em vista que se encontra na área da enfermagem.

Combate à Fome divulgou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, quando foi constatado que 18% do contingente de pessoas em situação de rua no país<sup>2</sup> eram mulheres. Observando esses dados buscou-se, através de perguntas norteadoras, entender como se dá o processo de realização da mulher, no sentido de compreender o modo geral e o modo particular de cada processo a ser analisado. A relevância do presente estudo que teve como escopo possibilitar o entendimento de como se dá a inserção no processo de realização vivenciado por mulheres do município de Porto Alegre, é afirmada pela carência de estudos científicos que problematizam as particularidades do sujeito mulher em situação de rua e formas de desigualdade por elas vivenciadas de modo a melhor subsidiar políticas públicas direcionadas a este segmento populacional, ou que contemplem suas necessidades e características.

A pouca existência de estudos que abordam a relação gênero/rua mostram o quanto este aspecto é negligenciado, em que pese os avanços conquistados nas últimas décadas na abordagem do feminino quanto na ampliação de políticas públicas para o enfrentamento dos processos de realização. É importante destacar que o debate sobre gênero não inclui apenas a mulher, contudo nos limites de uma pesquisa de mestrado, com tempo restrito para o seu desenvolvimento, optou-se por buscar desocultar os aspectos que são transversais ao binômio mulher-rua.

A pesquisa aqui apresentada faz parte dos estudos pós-graduados do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GETMPP) da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e visou adensar essa temática, para a construção de conhecimentos, através da produção acadêmica, buscando compreender os processos sociais presentes no cotidiano das mulheres em situação de rua, tendo como horizonte a contribuição para a melhor compreensão do processo a qual esse contingente populacional está inserido.

---

<sup>2</sup> Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua em 71 municípios brasileiros, dentre os quais 23 capitais e 48 cidades com mais de 300 mil habitantes. No entanto é necessário lembrar que, segundo a pesquisa, trata-se de uma parcela populacional que vive na rua nessas cidades e não de um total nacional. Ainda é preciso dizer que 13,4% desse universo não quiseram responder à pesquisa.

Tendo como objetivo geral analisar os processos sociais que desencadeiam o processo de realização de mulheres e suas condições e modos de vida na rua a fim de identificar demandas em relação ao processo de cada sujeito no singular e no coletivo que venham a surgir no estudo a partir da análise de suas trajetórias de vida, com o intuito de contribuir para a produção de conhecimentos subsidiando iniciativas direcionadas a este segmento populacional para enfrentamento das desigualdades, buscou-se a averiguação e compreensão de determinantes considerados importantes ao estudo.

Embora se saiba necessário compreender a realidade não apenas através da fala das mulheres, pois as falas, conforme explica Marx, vêm cheias de sublimações, é necessário, portanto ir ao encontro a realidade concreta.

Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo (MARX e ENGELS, 2009, p. 09).

Entendeu-se necessário averiguar quais eram as condições de vida das mulheres em situação de rua, a partir do relato das próprias mulheres, ou seja, poder compreender através da narrativa do próprio sujeito como se dá seu cotidiano na rua, através de suas histórias de vida. De acordo com Meihy e Holanda (2007, p.64), a “História oral é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social”. Através disto, entender quais são as perspectivas dessas mulheres em relação à inserção em programas sociais, em que pese a necessidade de saber não só de suas expectativas, mas também descortinar um panorama no qual elas estão inseridas, tendo em vista que em grande parte das vezes a informação não chega até a rua.

Compreender o próprio processo que levou as entrevistadas a ocupar o espaço público como moradia, se faz neste momento, muito importante, pois é o cenário em que estão inseridas, e um dos motivos pelo qual a pesquisa foi fomentada. Está é, sem dúvida, uma das etapas mais comoventes deste estudo, porque é justamente neste momento que, ao relembrar os motivos que

ocasionam sua ida para rua, que se percebe a vulnerabilidade das entrevistadas, como explicitaremos a seguir.

Por fim, elencou-se como um dos objetivos específicos, compreender como as próprias mulheres percebem suas semelhantes em situação de rua. A percepção do outro quanto ser humano exposto à mesma conjuntura, impulsionou a pesquisa a esse momento. Ora, nada mais justo do que saber o que as mulheres pensam das próprias mulheres que se encontram no centro desta conjuntura.

Quanto à construção das proposições metodológicas deste estudo, apresentamos a seguir a descrição dos métodos e técnicas que subsidiaram a pesquisa no sentido de buscar atender aos objetivos expostos. A pesquisa ora apresentada foi pautada pelo método dialético-crítico que, segundo Kosik (1976, p. 32), “é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”. Esse referencial permite a **aproximação** com a **realidade** agregando as categorias historicidade, contradição, totalidade e mediação, de modo a compreender o fenômeno, pois se tratam de categorias inerentes ao estudo realizado.

Com perspectiva teleológica, o método dialético-crítico contempla no processo investigativo o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados qualitativos e quantitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade. (PRATES, 2003, p. 01).

O método dialético-crítico permitiu-nos o aprofundamento da análise dos fenômenos sociais, pois sabe-se que “olhar para o real dialeticamente significa reconhecer que os fenômenos que o compõe são históricos, portanto processuais, mutáveis, transformáveis, transitórios” (BULLA, MENDES, PRATES, 2004, p. 59). Utilizou-se o referencial do materialismo dialético, pois entendeu-se a necessidade de articular os diferentes fatores que compõe o fenômeno estudado.

O paradigma dialético crítico, em termos de pesquisa prioriza o desvendamento das contradições que conformam a realidade de sujeitos, grupos, organizações, sociedades, como processo necessário e processual, do mesmo modo que privilegia a interpretação da realidade à luz de sua contextualização histórica, para que seja possível captar as conexões e os movimentos que a

engendram, chegando a totalidade concreta, que não se revela a um primeiro olhar, mas necessita ser desvendada em suas tramas constitutivas (BULLA, MENDES e PRATES, 2004, p. 61).

Trata-se de uma pesquisa de natureza mista com enfoque no **qualitativo**, já que as abordagens e os instrumentos utilizados buscaram estabelecer significados às relações dinâmicas entre os fenômenos estudados. Este tipo de abordagem permite-nos dar voz ao outro, desta forma partindo do próprio sujeito, de sua fala e vivência, dando vias a valorização da participação dos sujeitos, não se restringindo, portanto, a ótica da pesquisadora. No entanto, ainda que de forma complementar, foram utilizados dados quantitativos, para dar visibilidade do contingente de mulheres que vivenciam o processo de rualização, mesmo que a partir de fontes secundárias como a análise de dados oriundos de bancos existentes no Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS), IBGE, IPEA, entre outros. Pois, como bem destaca Bourguignon,

Consideramos que a relação com o sujeito se faz através da pesquisa de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Não deve ser mérito apenas das pesquisas qualitativas a busca de compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, pois não podemos descartar que o sujeito também se revela através dos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade [...]. O diferencial está na forma como tratamos estes dados, buscando revelar o quê e para que e porque enfatizamos o quantitativo (BOURGUIGNON, 2008, p. 305)

Quanto ao conjunto de instrumentos e técnicas que foram utilizados na investigação a revisão bibliográfica acerca da temática e das categorias teóricas relacionadas ao estudo foi realizada durante todo o período da pesquisa. Algumas categorias teóricas do método dialético-crítico foram privilegiadas, são elas: cotidiano, historicidade, totalidade e contradição e as categorias explicativas da realidade foram: Mulheres, População em situação de rua, rualização, gênero e violência – esta última adentrou a pesquisa no momento da coleta de dados, pois mostrou-se como categoria recorrente nas entrevistas. Os materiais estudados para a revisão bibliográfica basearam-se em legislação, livros, periódicos, filmes, leis, pesquisas anteriores e o que mais contemplasse o tema, possibilitando qualificar o conhecimento a respeito deste fenômeno.

O processo inicial da pesquisa caracterizou-se como **fase exploratória** (RICHARDSON, 1999) e possuiu a intencionalidade de possibilitar uma visão geral de uma determinada temática (GIL, 1999). Levando-se em consideração a carência de material que institui a mulher em situação de rua como a protagonista dos processos por ela vivenciados, tornou-se necessária a realização de um levantamento de dados que possibilitassem identificar conteúdos que pudessem imergir em meio às publicações não focalizadas na mulher em processo de rualização. Esse movimento se deve ao fato da busca por fundamentação teórica que deu base para o estudo, através de diferentes autores.

A técnica de pesquisa utilizada foi a da **história oral de vida**, já na **fase explicativa** (RICHARDSON, 1999) que busca identificar no individual os fatores sociais do coletivo em que a subjetividade tem papel de destaque. No entanto a história oral não pode ser utilizada como única fonte, por não ser capaz de fornecer respostas na totalidade, sendo assim a união das fases exploratória e explicativa complementaram a técnica da história oral de vida que “precisa ser ampliada com outras informações que podem ser documentos oficiais, estatísticas [...]”. (ROJAS, 1999, p. 92).

A escolha pela técnica de história oral de vida justifica-se por possibilitar “estudos de memória, construção de identidade e formulação de consciência comunitária” (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 24) e, também, por possibilitar ao sujeito “trazer fatos, sentimentos, registros da lembrança pessoal, privada, silenciosa para converter-se em experiência social, quando sobre eles reflete-se politicamente”. (ROJAS, 1999, p. 88).

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas – principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados [...] – tem encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diversas circunstâncias. (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 27).

No entanto deve-se ressaltar as contradições que cercam a técnica de história oral de vida. Meihy e Holanda (2007) consideram a história de vida um processo em que há o planejamento de sujeitos a serem entrevistados, a condução da entrevista, gravação do áudio e sua transcrição, análise de dados e, posterior a isso, a devolução dos resultados aos participantes. Já para Rojas

(1999), trata-se do momento da coleta de dados da pesquisa, ou seja, um dos tantos momentos da pesquisa e não a pesquisa em sua totalidade.

Embora, em geral, à história oral de vida seja reconstituída a partir de diversos sujeitos, ou seja, são resultados de processos sociais comuns a determinados grupos, segundo Meihy e Holanda (2007), as entrevistas serão realizadas de forma individual, tendo em vista que as mulheres que encontram-se na rua estabelecem sua morada em lugares convenientes à sua segurança e vínculos estabelecidos no espaço público.

No sentido de garantir aspectos éticos todas receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>3</sup> no ato da coleta de dados. As entrevistas foram gravadas em áudio, para possibilitar a pesquisadora obter os dados da pesquisa integralmente, ou seja, impossibilitando a perda de informações e, após, foram transcritas para a realização da análise dos dados. Nesse sentido cabe salientar que o uso do gravador é um recurso para a pesquisadora “recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 18).

A coleta de dados se deu, também, através de **observação sistemática** e teve por finalidade o enriquecimento no desenvolvimento e olhar crítico da pesquisadora, para isso utilizou-se de um diário de campo. Para que fosse possível a criação do diário de campo, a pesquisadora colheu os dados de sua observação através de notas posterior aos encontros, ou seja, depois de findar o processo de entrevista, e não durante a ocorrência da mesma.

Não somente o registro oral das entrevistas se fez importante, pois os sinais externos do momento em que a pesquisadora e a participante se encontravam revelavam muitos aspectos passíveis de análise posterior.

Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais – que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações –, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que for expresso em uma entrevista ou história oral. A consideração da entrevista além do que é registrado em palavras é um dos desafios da história oral (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 14).

---

<sup>3</sup> Apêndice A.

Para tanto, garantir que, além das palavras, os gestos, emoções, trejeitos sejam captados, no sentido de contribuir com a soma de fatores em que se baseia a história oral, como a referem Meihy e Holanda (2007, p.15) “atitudes pensadas como um conjunto”. Além disso, a técnica pressupõe o mínimo de interposição do pesquisador (ROJAS, 1999), para que a entrevistada se sentisse livre para relatar os fatos, no entanto, foi utilizado um roteiro de tópicos<sup>4</sup> que guiaram a pesquisa, pois tratando-se de história oral é bastante comum a perda do foco. Os tópicos guia apenas subsidiaram o direcionamento dos temas propostos.

[...] a entrevista em pesquisa qualitativa procura ampliar o papel do entrevistado ao fazer com que o pesquisador mantenha uma postura de abertura no processo de interação, evitando restringir-se à perguntas pré-definidas, de forma que a palavra do entrevistado possa encontrar brechas para sua expressão. É prática comum a elaboração de um roteiro apresentado sobre a forma de tópicos (tópicos-guia) que oriente a condução da entrevista, mas que de modo algum impeça o aprofundamento de aspectos que possam ser relevantes ao entendimento do objeto ou do tema em estudo (FRASER, GONDIM, 2004, p. 145).

Gaskell refere que os tópicos-guia devem ser apresentados de forma que torne-se “quase que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir” (2004, p. 73). Selltiz explica que com isso a pesquisadora “tem liberdade para explorar razões e motivos, indagar a respeito de direções que não foram previstas” (1974, p. 295). Por fim, é necessário ressaltar que além de conhecer a opinião dos entrevistados sobre o tema discutido, a técnica tem por objetivo compreender os significados e motivações para tais falas, dando voz ao sujeito entrevistado de forma a entender seus valores e a perspectiva pela qual está dando seu depoimento.

Os dados coletados através das entrevistas individuais foram transcritos na íntegra, no sentido de não perder nenhuma informação. Para Meihy e Holanda “os produtos de entrevistas em história oral devem sempre resultar em documentos de base material escrita” (2007, p. 24). A forma literal da transcrição permite que não se perca nada da narrativa, no entanto não se descarta a possibilidade de possíveis correções em relação a vícios de

---

<sup>4</sup> Apêndice B.

linguagem, porém nada que de fato altere o conteúdo referido pelo entrevistado.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo a partir de Bardin (1977) que pressupõe a leitura analítica como instrumento para realização do processo a partir de três etapas que serão brevemente discutidas a seguir:

1) Na primeira etapa é realizada a chamada **pré-análise**, onde após a seleção do material, este é organizado a partir de questões norteadoras e elaboram-se indicadores que fundamentem a interpretação final. Nesta primeira observou-se exaustividade, a representatividade, homogeneidade e pertinência como regras a serem seguidas.

2) Em seguida é feita a categorização dos elementos para a análise, onde é o momento da **codificação** – em que os dados brutos são transformados de forma organizada e "agregadas em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo" (Bardin, 1977 p.104).

3) Por fim, foi realizado o **tratamento das informações** em que organiza-se as integrações e considerações dos dados coletados e analisados.

Compreende-se, portanto, a análise de conteúdo

[...] como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação e tem como objetivo ultrapassar as evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade de sua generalidade; aprofundar por meio de leitura sistemática e sistematizada; a percepção; a pertinência e a estrutura das mensagens (PRATES, 2003, p.139).

Os dados coletados contaram com interpretação ampla, ou seja, tentou-se identificar todos os sentidos das respostas obtidas durante a coleta de dados, para entrelaçá-las com os conhecimentos teóricos que fundamentaram este estudo, através das revisões bibliográficas, buscando atender aos objetivos do projeto bem como responder às perguntas que o norteiam.

O estudo teve como cenário o município de Porto Alegre, mais precisamente os espaços públicos da cidade em que vivem as mulheres em situação de rua, sejam esses praças, logradouros, viadutos, marquises, etc., ou seja qualquer espaço que fosse considerado de ordem pública.

O espaço público é considerado como aquele espaço que, dentro do território urbano tradicional (especialmente nas cidades capitalistas, onde a presença do privado é predominante), sendo de uso comum e posse coletiva, pertence ao poder público (NARCISO, 2008, p. 23).

E foi constituída pelo seguinte conjunto de sujeitos: Mulheres adultas, em situação de rua, que estivessem dispostas a participar da pesquisa por livre arbítrio. Essa disponibilidade e vontade de participação nem sempre foi possível, o que ver-se-á mais a frente na pesquisa.

Tendo em vista que o ato da pesquisa possa ser caracterizado pelo sujeito como invasão de sua vida privada, exercendo violência simbólica no entrevistado, conforme nos explica Bordieu

é o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural (2003, p. 695).

Fez-se necessário elencar ações que possibilitassem a participação na presente pesquisa de livre e espontânea vontade e, também, exclusão de quem assim o desejasse. Desta forma, visou-se possibilitar a autonomia do mulher, aqui representada como entrevistada. Portanto, utilizou-se os seguintes **critérios de inclusão**: Ser mulher em situação de rua (em processo de rualização); ter idade superior a 18 anos; residir em espaços públicos da cidade de Porto Alegre (logradouros, praças, marquises, viadutos, etc); possuir interesse em participar da entrevista.

Para a realização das entrevistas foi utilizado o ambiente escolhido pela entrevistada a fim de estabelecer o melhor local para o processo. No entanto a privacidade e segurança foram elementos considerados para um melhor desenvolvimento do processo. Houve casos em que as entrevistas não ocorreram por inviabilidade de segurança da entrevistada e da própria pesquisadora. Buscou-se não exceder o período de uma hora (1h30) a duas horas (2h) por entrevista, tendo em vista que a população em situação de rua

costuma dispersar-se com facilidade em decorrência de suas “correrias”<sup>5</sup>. A amostra participante foi de cinco mulheres em situação de rua que foram abordadas e convidadas a participar da pesquisa.

A caracterização da amostra se deu baseada na Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre (UFRGS, 2008), tendo como pressuposto os resultados quantitativos em relação a raça/cor, idade, relações conjugais e presença de filhos. Cabe salientar que a pesquisa identificou que 18% das pessoas que viviam nas ruas de Porto Alegre no ano de referência eram mulheres, para tanto o restante dos resultados quantitativos referem-se ao universo total de 1203 pessoas entre homens e mulheres. Portanto a pesquisa foi composta por cinco mulheres. Buscou-se por uma idosa, pois a pesquisa aponta que apenas 3,2% das pessoas que habitavam as ruas de Porto Alegre eram idosas – lembrando que tal pesquisa é do ano de 2008, hoje essa população tem aparente crescimento - tendo em vista o número reduzido de mulheres, se faz importante aqui a inclusão de, pelo menos, um sujeito com 60 anos ou mais. E quatro jovens adultas – 49,7% da população era constituída por jovens adultos, com idades entre 18 e 34 anos, no ano da pesquisa realizada pela Universidade Federal do RS, portanto, passados sete anos desde a coleta, estima-se que esse contingente tenha hoje, em média entre 25 a 45 anos.

Dentro desse percentual elencou-se:

- Uma mulher com filho (criança ou adolescente),
- Uma mulher com companheiro,
- Duas mulheres sem critério estabelecido, ou seja, poderia viver sozinha, com ou sem companheiro, possuir ou não filhos.

Em relação ao critério de etnia a pesquisa apresenta percentagens muito próximas, tanto por atribuição do entrevistador quanto por auto atribuição do entrevistado, portanto esse não foi um condicionante em relação à escolha da amostra, embora busque-se a diversidade. Os **critérios de exclusão** foram adotados nas seguintes situações: desistência por livre e espontânea vontade

---

<sup>5</sup> Neologismo que a população em situação de rua costuma atribuir à sua rotina de afazeres. Por exemplo: ir em busca de alimentação, vestimentas, ingresso em albergues para pernoitar, etc.

da entrevistada a qualquer momento durante o período da entrevista e ser menor de 18 anos.

Após aprovado pela Comissão Científica do Programa de Pós Graduação em Serviço Social o projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para análise dos avaliadores. Ressalta-se que após a aprovação da proposta de pesquisa, todas as gravações, transcrições e materiais que se referem aos sujeitos pesquisados passaram por garantias éticas realizadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>6</sup> em que está descrita as condições de sigilo e resguardo e que foi entregue ao participantes em duas vias, conforme determina a resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e assinada pelos sujeitos sociais e pelo orientador da pesquisa. Todos os sujeitos envolvidos foram informados referentes aos processos da pesquisa cabendo a eles a decisão de participar ou não. Todas as entrevistadas terão acesso ao projeto e seus resultados posteriores<sup>7</sup>. Também se constitui como cuidado ético, previsto no Código de Ética do Assistente Social, a socialização dos resultados, o que será realizado através da participação em eventos divulgando os achados e publicando em periódicos.

Os resultados da pesquisa, ou seja, as entrevistas serão aspectos transversais no decorrer desta dissertação. A intenção com isto é possibilitar a aproximação entre teoria e realidade, conforme preconiza o método dialético crítico. Entendendo-se, assim, que apreender a realidade em sua determinação objetiva trata-se de um processo de múltiplos determinantes e por essa razão a transversalidade das falas que percorrem o trabalho possibilita maior esclarecimento diante do processo realizado.

\*\*\*

Este estudo está organizado em quatro principais capítulos. Falou-se na introdução sobre a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Fornecendo detalhes do modo como chegou-se até o tema proposto. Bem

---

<sup>6</sup> Apêndice A.

<sup>7</sup> Preconizado pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Social. Art. 5º d) “devolver as informações colhidas no estudos e pesquisas aos usuários, no sentido que esses possam usá-los para o fortalecimento de seus interesses”.

como apresentou-se dados gerais em relação à população em situação de rua e o porquê do trabalho ter sido desenvolvido de tal forma a interagir diretamente com os atores principais, em seu cenário: as mulheres na rua. Explicitando a necessidade de um estudo que buscasse compreender a rua pela perspectiva das mulheres que nela vivem.

Apresentar-se-á no capítulo II como determinados autores percebem o processo de exclusão social, gerando um debate onde busca-se contribuir para a discussão entre obras e seus significados em relação a inclusão/exclusão social. Buscou-se nesse estudo, uma elaboração através do método dialético de forma fiel, permitindo os atravessamentos do concreto e das falas, muitas vezes sublimadas, pois “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47). Busca-se também caracterizar a população em situação de rua no subitem 2.2. Embora não haja pesquisas que delimitem apenas as mulheres, pode-se realizar uma caracterização através das pesquisas gerais já realizadas na cidade de Porto Alegre, juntamente com a Pesquisa Nacional para a população em situação de rua, que reúne informações valiosas, embora não em sua totalidade. Como poder-se-á ver mais a frente, a população em situação de rua não é um grupo mensurável censitariamente. Ao fim do capítulo, item 2.3, aborda-se o patriarcado, enquanto sistema opressor feminino, buscando teoricamente compreender os pressupostos que perpassam este sistema que prima pela dominação masculina em detrimento as mulheres. Neste capítulo, também, buscar-se-á apreender algumas interpretações possíveis sobre gênero e a construção social do sujeito.

O capítulo III desta dissertação está dividida em três subcapítulos. No primeiro no ítem 3.1 abordar-se-á a violência quando categoria da realidade, e suas várias formas, bem como o enfrentamento das mulheres em situação de rua frente a violência institucional, principalmente. O item 3.2 trata do abuso do corpo e como as mulheres lidam com esse tema. Quanto categoria de realidade, a violência surgiu em todas as falas, portanto, optou-se por dar maior visibilidade ao tema. No subcapítulo seguinte, tratar-se sobre as perspectivas de futuro dessas mulheres, em uma tentativa minuciosa de entender o que é estar na rua, para isso quadros demonstrativos com a história de cada uma delas descrevem suas experiências.

Por fim, o capítulo IV, buscará a retomada de questões importantes à pesquisa, no afã de problematizar não uma conclusão, pois a rualização é um processo, e como todo processo está em constante movimento, mas sim apresentar algumas considerações finais deste trabalho, tendo em vista que assim como a rualização, o real está em construção. Possibilitar compreender a trajetória desse grupo de mulheres, que reflete o de tantas outras, desde o seu primeiro momento na rua, sua inserção no processo de rualização e suas perspectivas de futuro. São aproximações caras a esta pesquisadora, que após sucessivas aproximações com a realidade, pôde perceber que há um mundo a ser desvendado e que na verdade está nas ruas, calçadas e praças por onde anda-se sem perceber suas casas e castelos.

\*\*\*

Deixa-se claro, também, que em razão de resguardo do sigilo das participantes da pesquisa, optou-se por chama-las de Alices. Uma alusão ao livro de Lewis Carroll 'Alice no país das maravilhas'. No livro, Alice vai em busca de um coelho branco que a direciona a uma aventura diária, mesmo que em seus sonhos. No caso das Alices que estão em processo de rualização, seu dia a dia se perpetua em busca de sobrevivência e melhores condições de vida, portanto faz-se a alusão coelho branco e rua como espaço de sobrevivência.

## 2 AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM CENA

O que é ser mulher? Eu lhes asseguro, eu não sei. Não acredito que vocês saibam. Não acredito que alguém possa saber até que ela tenha se expressado em todas as artes e profissões abertas à habilidade humana (WOOLF, 1979, p. 60).

O fenômeno de pessoas que utilizam as ruas como vias de sobrevivência não é contemporâneo, pelo contrário, remonta o passado. No entanto este fenômeno é representado na sociedade atual como predominantemente econômico, falta de trabalho e moradia são apenas alguns fatores para se buscar abrigo na rua. Dentro do contingente de pessoas que utilizam o espaço público como forma de sobrevivência, encontram-se as mulheres.

Entram em cena aqui as mulheres em situação de rua, ou em processo de realização. Cada uma com sua história distinta. Visto isso, busca-se dar clareza ao tema recorrendo-se ao histórico da exclusão social, retomando autores que contribuem com o binômio inclusão/exclusão social. A perspectiva é de ao trabalhar-se com o método dialético possa-se transversalizar as falas nos itens do capítulo que segue. Bem como no decorrer do trabalho em si.

Através do estado da arte realizado para que a pesquisa pudesse tomar forma e conteúdo, buscou-se caracterizar a população em situação de rua, muito embora não haja trabalhos anteriores que delimitem apenas as mulheres, torna-se possível esta tarefa através de pesquisas municipais e nacionais. Como já anunciado na introdução a população em situação de rua não pode ser pesquisada de forma censitária, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se utiliza da residência para o levantamento de pessoas nos municípios.

Para finalizar o capítulo abordar-se-á o patriarcado como sistema opressor do feminino, constantemente percebido nas falas das participantes. Bem como dar vias a possibilitar o entendimento da construção social do sujeito mulher, através de algumas interpretações em relação a gênero e as correntes feministas.

## 2.1 Exclusão Social e seus paradigmas na vida das mulheres em situação de rua

O tema exclusão social tem sido recorrente nos debates políticos, nos programas de Estado e na mídia nas mais diversas culturas. A representação da noção de exclusão social está presente em diferentes sociedades, embora seja mais debatida em países menos desenvolvidos que apresentam desenvolvimento socioeconômico e humano inferiores aos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas<sup>8</sup> (ONU). Apesar do Brasil não fazer parte da lista dos países subdesenvolvidos, de acordo com a ONU, é mister destacar que o caminho à exclusão afeta uma grande parcela da população do país.

'Exclusão social' é uma expressão cada vez mais utilizada por governantes, jornalistas, políticos e estudiosos. É tema de conferências, congressos, livros e trabalhos. Pode designar toda situação ou condição social de carência dificuldade de acesso. Segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade [...] (SCOREL, 1999, p.23).

Entende-se necessário contextualizar historicamente a categoria exclusão, como forma de dar visibilidade às demais categorias abarcadas adiante. Atribui-se à René Lenoir, o conceito de exclusão. No ano de 1974, Lenoir<sup>9</sup> traz em sua obra *Les exclus: um francês sur dix*<sup>10</sup>, o debate reflexivo acerca da noção de exclusão. Caracterizava-o não mais como "fenômeno de ordem individual, mas social, cuja a origem deveria ser buscada no [...] funcionamento das sociedades modernas" (WANDERLEY, 2001, p.17). Sendo assim o fenômeno da exclusão é tão vasto que se torna quase impossível delimitá-lo. Pode-se criar recortes para suscitar a discussão acerca do tema.

---

<sup>8</sup> Atualmente 49 países encontram-se abaixo dos critérios previstos pela ONU e, portanto, são considerados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

<sup>9</sup> "A origem mais contemporânea do termo exclusão social é atribuída ao título do livro [...] ainda que o trabalho não contivesse qualquer elaboração teórica do conceito exclusão social. A preocupação do então secretário de Ação Social [...] Jacques Chirac concentrava-se nos 'inadaptados sociais', nos pobres que precisavam ser amparados por ações governamentais, representando gastos sociais crescentes. O título foi conferido pelo editor baseado no sucesso dos trabalhos de Foucault [...] no momento da publicação do livro de Lenoir, quando a situação da pobreza na França parecia ser residual e superável, a noção de exclusão estava relacionada à sua dimensão subjetiva e não à sua dimensão objetiva, econômica-ocupacional". (SCOREL, 1998, p. 13-29)

<sup>10</sup> Os excluídos: um em cada dez franceses (Livre tradução do autor).

A exclusão, em sentido social, implica fatores de três ordens: estrutural, conjuntural e individual, conforme o funcionamento global da sociedade (economia, política, valores, etc.), a ambiência local cotidiana (mercado de trabalho, preconceitos, etc.) e a família (carências, fragilidades, etc.), de modo a estabelecer a negação de oportunidades, capacidades e competências, o que pode ser explicado pela identidade de uma sociedade, pelo que aceita e pelo que rejeita (FERREIRA; MACHADO, 2007, p. 104).

Então, define-se exclusão como situação de abrangência social, econômica, política e cultural, resultado do processo de divisão dos bens, segundo critérios econômicos e políticos da sociedade em que o sujeito está inserido. Nesse cenário, a população em situação de rua apresenta-se em processo de vulnerabilidade, imprimindo pessoas que possuem vínculos frágeis, totalmente rompidos suas famílias e comunidade. O processo de vulnerabilidade social nos remete à falta de bens imateriais e materiais, a que determinado grupo ou pessoa está exposta, o que leva a alterações bruscas de vida.

Vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001 apud ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

Dessa forma, encontram-se no campo da exclusão social por fatores diversos: falta de moradia adequada, baixo padrão de higiene pessoal e ambiental, pobreza extrema – propensão às doenças físicas e mentais -, além de estarem à mercê do isolamento social e político.

Na década de 1980, os ciclos econômicos recessivos atrelados à transição do regime político ocasionaram o aumento da visibilidade da questão social (ESCOREL, 1998). Esses fatores conjuntos ao neoliberalismo, sistema que visa a menor intervenção do Estado, ou seja, visa a mínima dedicação do Estado às políticas de âmbito social, voltaram suas atenções à população em situação de rua. Foi então, que na década de 1990, no Brasil, houve a necessidade de identificação de novos processos sociais que exigiam conceituação própria. Sinalizando uma piora evidente nas condições de vida, a exclusão se evidenciou através da população de rua e da violência urbana.

Dentro desse contexto, o caso brasileiro é um exemplo acentuado da má distribuição de bens, como explicitado anteriormente, em que o conceito de apartação social<sup>11</sup> é cada vez mais visível, demonstrando a impotência do Estado frente ao controle das conjunturas nacionais. Se de um lado temos uma pequena parte da população detentora de grande parte da riqueza, de outro a grande parte da população detém pouco ou nenhuma riqueza, tornando-se uma categoria excluída do mercado e por vezes da sociedade, quando se fala da relação entre capital e trabalho.

Para Castel (1995, p. 17) “a exclusão vem se impondo pouco a pouco [...] para definir todas as modalidades de miséria no mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, etc.”. O autor destaca o uso abusivo do conceito, quando se considera que todo e qualquer cidadão em situação de desemprego, marginalidade, etc, são sujeitos excluídos. Há de se desconfiar da exclusão como conceito que está posto, já que a “heterogeneidade de seus usos [...] designa um número imenso de situações diferentes, encobrendo a especificidade de cada uma” (CASTEL, 1995, p.18).

No entanto, um desempregado de longa duração que possui moradia pode refugiar-se em sua vida doméstica, mas esta vida privada também carece de projetos e ele passa a ser um excluído social. Torna-se um sujeito que não interage com a sociedade por vergonha, receio e/ou medo de ser apontado por sua condição de desempregado<sup>12</sup>, um incontestável exemplo de excluído incluso como discute Sposati,

Ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído. Não se trata de uma condição de permanência, mas da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em consequência, seu exame, envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam. (SPOSATI, 2006, p. 5).

---

<sup>11</sup> “Apartação ou apartheid social - é a diferença que os brasileiros ricos e quase ricos começam a assumir em relação aos pobres; é a aceitação da miséria ao lado, com o cuidado de se construir mecanismos de separação. Este texto mostra a origem do conceito, a fabricação do apartheid social no Brasil, ajuda a entender o que está acontecendo - e faz despertar para o problema” (BUARQUE, 1993, p. 55).

<sup>12</sup> Exemplo citado por Robert Castel (1995) baseado na obra de Olivier Shwartz em sua obra sobre os operários do Norte da França.

Yazbek (1993) aponta que viver como excluído é a forma de inclusão possível em um mundo desigual. A população em situação de rua abriga em seu cerne variáveis. Um exemplo são as pessoas que realizam a prática da mendicância como forma de sobrevivência, ainda que possuam residência fixa. Nesse sentido se faz necessário desvincular a imagem do morador (a) de rua com o/a mendigo (a), já que grande parte dessa população afirma estar empregada em algum setor, principalmente na área da construção civil. Em pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), em 2008, intitulada Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, foi constatado que apenas 16% dos sujeitos que habitam as ruas pedem dinheiro ou praticam a mendicância como meio de sobrevivência.

As transformações do mundo do trabalho e/ou as mudanças de modelos estruturais econômicos geradores da desigualdade na distribuição dos bens podem ser apontados como uma das causas – senão a principal – que levam um sujeito a ingressar nos caminhos que levam à exclusão.

A ideia de exclusão social é, sem dúvida, uma característica intrínseca ao próprio capitalismo, desde os seus tempos mais remotos. Hoje, a exclusão social se agrava, configurando-se enquanto elemento indissociável do processo de acumulação flexível, significando a produção em massa de “seres descartáveis” da vida em sociedade (COSTA, 2008, p. 6).

A lógica da acumulação do capital revela-se através do desequilíbrio social presente na sociedade atual. Cada vez mais presente no modelo capitalista está o desenvolvimento tecnológico que impulsiona a reestruturação produtiva e, por conseguinte altera as relações no mundo do trabalho, da produção e do consumo. A criação de uma parcela de trabalhadores multifuncionais e polivalentes permite-se presenciar o aumento do desemprego estrutural, e nos leva a perceber a precarização a que os trabalhadores são submetidos. Isso decorre do fato de haver maior número de mão de obra do que de trabalho, e menor qualificação do que a exigida, dessa forma cria-se uma “reserva” de pessoas que não possuem lugar na sociedade.

Analistas marxianos do capitalismo há muito já explicitam sua lógica excludente referida ao trabalho, ao modo de produção e às suas

sequelas nas formas de exércitos de reserva de trabalhadores e o lumpesinato<sup>13</sup> (SPOSATI, 2006, p.4).

Na contemporaneidade, a exclusão social traduz-se como fenômeno predominantemente econômico, que se desvenda como pobreza resultante do desemprego. O resultado desse longo processo histórico de formação de uma civilização multifacetada e complexa, na qual o acesso aos bens de produção é monopolizado por grupos que dispõem desses privilégios, é o de pessoas excluídas. Castel (1995, p.10) diz que “exclusão apresenta traços comuns. Ela impõe uma condição específica que repousa sobre regras, mobiliza aparelhos especializados e se completa por meio de rituais”.

Embora não se possa dizer que as pessoas em situação de rua representam uma parcela dos chamados sujeitos excluídos, pois de certa forma atuam no cenário das cidades e na sociedade, os mesmos estão fora do mercado formal de trabalho. Fato este que aponta para uma situação marginal, no sentido de estar a margem da sociedade. Portanto, cabe descortinar os processos históricos que geraram a exclusão e suas características na sociedade contemporânea. Pretende-se, com isso, contextualizar a exclusão/inclusão dos sujeitos que vivem e/ou trabalham na rua, como se dá a experiência da população de rua em seu cotidiano, a constituição sócio histórica do fenômeno população em situação de rua e a discriminação dos sujeitos em situação de exclusão, em especial as mulheres.

A existência de populações em situação de rua não configura um fenômeno contemporâneo, pelo contrário, possui longas raízes no passado. Pereira (2009) aponta que na antiguidade a presença de andarilhos, pessoas com transtornos mentais e exilados era frequente. No entanto, foi a partir do advento das primeiras cidades industriais que o fenômeno tomou proporções maiores após atingir em “1630, cerca de um quarto da população de Paris” (p. 42).

A população em situação de rua é constituída por um grupo populacional que, apesar de sua diversidade, apresenta a pobreza extrema e a

---

<sup>13</sup> Para o marxismo trata-se de um grupo social proletário formado por pessoas que, por estarem fora do mercado formal de trabalho, vivem na mais profunda miséria, sendo destituídos de qualquer tipo de consciência de classe. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/lumpemproletariado#ixzz3c1rCipeJ>. Consulta em 17 de maio de 2015.

falta de pertencimento social formal como fatores que os particularizam. Pode-se observar o grande número de pessoas sós ou com suas famílias que adotam o espaço público como moradia ou forma de sobrevivência nas grandes cidades. São plurais os motivos para se estar na rua, ou seja, trata-se de um movimento da vida cotidiana que desencadeia acontecimentos diversos que culminam em um processo que chamamos de rualização<sup>14</sup>.

Lefebvre (1991), nos traz aspectos importantes para o entendimento do indivíduo e das transformações transcorridas sobre a sociedade e a pessoa em diferentes perspectivas, abordando o cotidiano através de vários prismas de entendimento. Uma categoria de extrema relevância quando pode-se percebê-la não quanto algo simplório, mas através dos impactos dessa categoria na vida das mulheres que moram na rua. Um exemplo disso é o peso trazido pelas responsabilidades, pelas inquietações, pela violência a que são expostas essas mulheres, levando-as ao rompimento com esse cotidiano exaustivo, recorrendo à sobrevivência no espaço público. Ou seja, os motivos pelos quais as mulheres passam a viver nas ruas são, portanto, motivadas por perda de emprego, falecimento na família, brigas familiares, adoecimentos, dívidas, abuso de álcool e drogas, entre outros fatores determinantes.

Utilizar-se de espaço público como forma de moradia torna a tarefa de mensuração censitária um exercício difícil de ser executado<sup>15</sup>. Contudo, a preocupação em dimensionar e caracterizar esse segmento tem preocupado o governo e a academia e alguns estudos vem sendo realizados nesse sentido, especialmente a partir de parcerias entre universidades e setor público.

As mulheres representam um contingente menor em relação aos homens (REIS, PRATES e MENDES, 1996; REIS E PRATES, 1998; ABREU et al., 2000) e, não raras vezes, são despercebidas das cenas cotidianas, sofrendo o processo duplicado de exclusão social. A fragilidade da mulher em

---

<sup>14</sup> O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num continuum, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas (PRATES, PRATES E MACHADO, 2005, p. 194).

<sup>15</sup> Os censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são baseados em domicílio, ou seja, o IBGE não contabiliza as pessoas em situação de rua em seus censos nacionais.

situação de vulnerabilidade lhe confere papel de subalternidade aos grupos masculinos que vivem nas ruas, “a desvalorização de si associada à perspectiva de gênero que se expressa numa postura de subalternidade” (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p. 201) na forma como se relacionam com seus parceiros. Sua sobrevivência em espaços públicos se torna ainda mais árdua no que tange a evitar as violências a que permanecem expostas vivendo na rua. Em estudo sobre as mulheres em situação de rua Prates, Abreu e Cezimbra apontam que

Estes sujeitos tem uma história comum de sucessivas perdas de referência da casa, do trabalho, da família, da autoestima. Suas histórias são permeadas por processos de profunda exclusão, desagregação, discriminação e violência (2004, p.169).

Na perspectiva de gênero, a situação de rua pode representar, dentre outras manifestações de violência, a fragilidade física, psíquica e emocional. Nesse sentido, a mulher, enquanto sujeito de direitos, torna-se subjugada pela coletividade, o que exige maior atenção e olhar mais voltado às suas necessidades. Um exemplo é o de que muitas mulheres saem de casa por sofrerem violência doméstica, não só do parceiro, bem como de outros familiares.

Antes de morar aqui<sup>16</sup> eu morava na rua mesmo, dormia na rua. Eu saí de casa com quatorze anos, na verdade. Eu saí de casa porque foi assim: eu peguei o cigarro da minha mãe, escondido, para fumar no banheiro, daí a minha mãe sentiu o cheiro da fumaça e descobriu. Ela disse “de hoje em diante tu vais sustentar teu vício”. A partir desse dia eu saí de casa e fui morar na rua, sustentar meu vício. Eu morava com a minha mãe e com o meu pai. A minha mãe era bem ruim para mim, ela me batia, o pai não. Eu sou lá de Rosário. Vim para Porto Alegre de carona, foi horrível! (Alice, 28 anos).

Tiene (2004, p. 21) aponta que “abrigar-se na rua pode ser um exílio, pode ser uma defesa de agressão, porque a rua é o lugar de todos”. O processo de realização em si abarca o binômio exclusão/inclusão perversa. Sawaia (1999) aponta que a sociedade exclui para incluir, ou seja, a sociedade cria mecanismos para que haja uma sensação “ilusória” de inclusão, gerando pessoas inseridas através da “insuficiência e das privações que se desdobram para fora do econômico” (1999, p. 8).

---

<sup>16</sup> Atualmente mora em um barraco construído por ela e o companheiro, em uma rua sem saída. O espaço da casa conta com quarto, banheiro e cozinha, e a área externa é utilizada para a reciclagem de materiais.

Diante da realidade de inclusão perversa em que vive o sujeito em situação de rua, se pode observar a vulnerabilidade a que estão expostas as mulheres inseridas neste processo. Sabe-se que historicamente a mulher recebeu um papel de subalternidade em relação ao homem, que se expressa através da desigualdade, moralismo e dominação masculina através dos séculos. A negação de direitos e a violência que as mulheres são submetidas retratam a violência enquanto “modalidade material de controle social e da repressão exercida através de formas ‘ideacionais’ de formas de socialização” (SAFFIOTI, 94, p. 445). Portanto refletem o processo histórico construído pela perspectiva masculina, dessa forma, desencadeando tormento e danos à vida social da mulher, sua saúde física e mental.

Tiene (2004, p. 19) trata a questão de gênero referindo que as mulheres em situação de rua, sob a ótica do contraste com o ambiente a que estão acostumadas e foram socializadas versus o ambiente hostil da rua, desconhecem o ambiente acolhedor e protetor doméstico. Enquanto para os homens a rua é um lugar comum, já que a reconhecem como espaço de busca pela sobrevivência. Há de se expor, ainda, que a questão de gênero e classe social constituem categorias importantes para compreender-se a forma como os sujeitos vivenciam as expressões de desigualdades nas relações socioculturais e econômicas. A mulher em situação de rua vivência, também, a submissão a que é exposta no ambiente doméstico domiciliar, no que tange a reprodução da casa em local público. O trabalho que desenvolve não é valorizado e passa a ser visto como tarefa doméstica, a ela atribuída pelo simples fato de ser mulher.

Conforme Tiene (2004) explica, na vivência do espaço privado são atribuídas tarefas às mulheres tais como o cuidado com a família, já no grupo da rua participam ativamente das correrias por sobrevivência; alimentação, água e dinheiro são artigos de primeira necessidade. Isso não exime as mulheres de tentar buscá-los tanto quanto os homens, a diferença que se pode observar é a reprodução do espaço privado no público no que tange outros trabalhos. Ora, é necessário zelar pela limpeza e manutenção do espaço em que estão inseridos, a busca por recursos, quando necessários, por tratamentos de saúde ou abuso de drogas são normalmente realizados pelas mulheres, o que reproduz o espaço da cuidadora mulher. Outras tarefas miúdas, como lavar as roupas, os utensílios para alimentação, preparar os

alimentos são afazeres delegados às mulheres dentro dos grupos de sujeitos em situação de rua.

Como pode-se notar no ambiente da rua à mulher são atribuídas tarefas “de casa”, ou seja, a lógica excludente relacionada ao papel de gênero o que é “determinado ou limitado pela condição feminina”, o que conota que as mulheres, mesmo em processo de realização, “devem destinar-se apenas às tarefas domésticas” (PRATES, ABREU E CEZIMBRA, 2004) o que reitera a lógica da subalternização de gênero, pois seu trabalho como dona do lar não é reconhecido enquanto atividade produtiva, dessa forma tornando-se algo limitado e desvalorizado. Buscar na questão de gênero aportes para essa discussão significa compreender que dentro desse contexto cultural as formas de sobrevivência da mulher são diferentes aos dos homens. Portanto a mulher moradora de rua e a mulher que está incluída na sociedade formal acabam por experienciar as mesmas situações ligadas à discriminação de gênero. Joan Scott (1989) tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação do homem quando associa a categoria gênero aos limites das correntes teóricas do patriarcado, afirmando dessa forma que as relações de gênero enquanto relações de poder estão marcadas por desigualdade, obediência e hierarquias, ou seja, não é possível diferenciar absolutamente as mulheres em situação de rua de outras mulheres, no que se refere a este aspecto.

Essas relações de poder, tanto através da permanência do poder masculino, quanto na luta das mulheres apresentam tensões, conflitos e negociações. Entende-se que não só amparadas nas relações de desigualdade política e econômica se encontram as mulheres em situação de rua: elas possuem estratégias de sobrevivência às violências e preconceitos também em relação à discriminação de gênero. O processo de exclusão de uma mulher, portanto, pode estar ancorado na diferença que ela representa socialmente, quanto identidade subalternizada. O que dificulta uma discussão acerca do que distingue homens e mulheres em relação ao papel de gênero, sobrando assim apenas o discurso hegemônico sobre diferenciação sexista.

Em se tratando da violência como agressões, abusos sexuais, intimidações, etc. que as mulheres são submetidas, inclusive por seus parceiros, Tiene (2004, p.156) aponta que “as mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso. Seus corpos

revelam traços de ‘utilidade-obediência’” (TIENE, 2004, p. 156). Ou seja, para que possam se proteger, precisam pagar por isso, e o sexo passa a ser, também, uma moeda de troca. “Há, nesse caso, a perda da autonomia individual, do direito de escolha pelo ganho de permanecer viva e ‘protegida’. O que, de nenhuma maneira garante proteção contra violência do próprio parceiro” (ARRUNÁTEGUI, 2008, p. 145). Para Tiene (2004), as mulheres buscam em grupos sua forma de proteção, na intenção de não permanecerem sozinhas na rua juntam-se com outras mulheres (em casos de mulheres jovens). Ou buscam companheiros na intenção de sentirem-se protegidas. Esta segunda prática, como já vimos, não garante a proteção absoluta da própria mulher, já que seu companheiro também poderá trocar sexo - da mulher com quem convive - por outras necessidades que se apresentam no espaço público. São relações construídas pelas mulheres de rua necessárias à sua sobrevivência no cotidiano.

Uma das recorrentes alternativas encontradas pelas mulheres em situação de rua é a masculinização. Não são raras as vezes que pode-se observar mulheres vestindo roupas masculinas e falando com o tom de voz mais grave. O motivo: passar despercebida por possíveis agressores, não se destacar como mulher e dessa forma evitar conflitos e agressões. Saffioti (1994) aponta que “trata-se de uma correlação de forças, que muito raramente beneficia a mulher. Socialmente falando, o saldo negativo da violência de gênero é tremendamente mais negativo para a mulher que para o homem” (p. 446).

Saffioti (1994) questiona a relação vitimizada a que é exposta a mulher e questiona se há, de fato, como não situar-se como sujeito passivo diante das agruras a que é exposta. A autora acredita que

Fazendo-se uma leitura feminista dos direitos humanos, parece possível pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença. Efetivamente, tomando-se distância do androcentrismo, pode-se pensar os seres humanos como portadores de necessidades, interesses e aspirações diferentes, cuja satisfação pode mais facilmente ocorrer se as categorias de gênero mantiverem relações simétricas. Isto é, não só a diferença não precisa ser suprimida como pode ser cultivada, quando a igualdade constitui o pano de fundo, o elemento fundamental, a argamassa das relações de gênero. (1994, p. 444).

O processo de rualização como fenômeno contemporâneo apresenta em seu cerne a perspectiva de superação. O termo reconhece essa situação como processo, isto é, através de suas especificidades, é possível elaborar planos de organização no intuito preventivo para o sujeito que se encontra no início de sua vivência na/da rua.

[...] processos preventivos e intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas. (PRATES, et al, 2011, p. 194).

Nesse sentido, o que os autores trazem são as possibilidades de (re) inserção dessas pessoas na sociedade, compreendido como processo social que deve ser balizado e acompanhado por políticas públicas de caráter preventivo.

Os motivos que levam esses cidadãos a viverem ou morarem nas ruas dos grandes centros urbanos são os mais diversos. As repressões dos aparelhos do Estado, desemprego, desigualdade na distribuição de renda, uso de substâncias narcóticas, etc. fazem com que uma massa de pessoas, em crescimento, mantenha a rua como moradia. Conforme Magni (1994, p. 34), a ideia que a imprensa passa é de uma aceleração elevada no que diz respeito a novos casos de pessoas vivendo na rua, no entanto ressalta que os dados estatísticos ainda não poucos e se utilizam de critérios variados para a mensuração. Na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua, 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate a fome (MDS), 71,3% dos entrevistados citaram álcool e/ou drogas, desavenças familiares ou desemprego como principal fator – sendo que destes alguns citaram mais de um motivo. Segundo o próprio censo “podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro” (BRASIL/MDS, 2008, p.7).

O principal fator, e também o mais reiterado nas pesquisas realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, para o sujeito fazer da rua seu modo de sobrevivência ou residência é a utilização abusivo de narcóticos, o que aponta para a necessidade de articulação entre as políticas voltadas para a população em situação de rua, nesse sentido a integração entre as políticas de assistência e de saúde tem aqui papel fundamental na garantia de prevenção e/ou tratamento dos mesmos.

Portanto é possível concluir que o fenômeno da rualização é multicausal, ou seja, o sujeito que hoje encontra-se nesse processo passou por diversas etapas até chegar à rua. Pode-se tomar a dependência química como exemplo, em que o uso indiscriminado e abusivo de drogas pode acarretar a ruptura de laços familiares e comunitários, bem como a perda do emprego, perda da autoestima, etc. O contrário também é verdadeiro, já que encontrar-se desempregado pode estimular o rompimento de vínculos e o uso de substâncias psicoativas. É um processo que soma etapas que cerceiam a busca por direitos e levam os sujeitos à rualização.

[...] as políticas de atendimento não confluem para suas necessidades e não tem sido capazes de incidir com efetividade sobre os problemas vivenciados [...] considerando que isso decorre da falta de integração entre as políticas, que não investem no fortalecimento e na autonomização do sujeito (MDS, 2008).

Rualizar-se é, portanto, o movimento do sujeito que, por um ou mais fatores, faz da rua sua residência e/ou local de trabalho, no sentido de ensejar sua sobrevivência, mesmo que precariamente. Além disso, é importante ver a situação de rualização como processo e não como algo que não pode ser alterado, dessa forma trabalhando meios que possibilitem o sujeito a, através de sua autonomia, sair das ruas.

## **2.2 População em situação de rua e suas características**

É de se considerar que nas últimas décadas o tema população em situação de rua tem chamado a atenção, não só da mídia ou da sociedade civil em geral, mas principalmente dos formuladores e executores das políticas públicas, como vimos anteriormente. Embora haja a carência de bibliografias e dados acerca dessa população, impossibilitando a total mensuração deste grupo, algumas obras e o cotidiano trazem à tona suas demandas. Essa preocupação originou-se no fim da década de 80 e estende-se ao momento atual, como aponta Costa (2005),

esse panorama começou a alterar-se a partir do final da década de 1980 e início dos anos noventa com a Constituição Federal de 1988, que considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que

regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como política pública (p. 6).

A maior parte das pesquisas censitárias realizadas em âmbito nacional, que trazem como ponto de partida a residência, encontram dificuldades em abordar esse segmento populacional que, por sua natureza, não habita domicílios e se desloca de uma parte para a outra da cidade. No entanto, os trabalhos realizados – normalmente em grandes capitais, como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro – são referências para os profissionais que atuam nas áreas sociais e afins (PRATES, 2011).

Esses trabalhos, contudo, não são comparáveis entre si, devido a amplitude que a população em situação de rua representa. O grande número de contextos inviabiliza que se possa ter um censo nacional abrangente acerca da demanda dos sujeitos em situação de rua com um resultado final. Poderia ser dito que as pesquisas apresentaram resultados parciais já que abordar a realidade total de pessoas que vivem nas ruas seria muito difícil em um território tão extenso como o do Brasil. Ainda assim, os órgãos responsáveis pelos municípios realizam pesquisas em parceria com universidades que, de algum modo, possam levantar dados a respeito do contingente de suas cidades, com suas particularidades e singularidades. Afirma Costa (2005, p. 6) que essa situação abriu caminho para que as organizações da sociedade civil fossem propositoras de atendimento, ainda que com cunho assistencialista, ou seja, “distante, portanto, da noção de política pública, enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado”.

Caracterizar o sujeito em situação de rua é por si uma tarefa complexa tendo em vista a heterogeneidade deste segmento populacional. O grande número de grupos que fazem da rua sua moradia e meio de sobrevivência tem distintas localizações e tornam sua caracterização impossível de ser unívoca (BRASIL/MDS, 2008).

Pode dizer-se que a rua<sup>17</sup> é um elemento figurativo, tendo em vista os sujeitos que habitam os jardins e praças públicos, porém parte desta população ocupa os albergues gratuitos (municipais ou conveniados com as prefeituras)

---

<sup>17</sup> “A utilização do termo ‘rua’ deve ser entendida de forma figurada, ampla, pois se refere a lugar público, mesmo que a variedade de situações se estenda a locais não previstos (garagens, prédios abandonados ou em obras, praças, etc.) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004).

das cidades, abrigos e outros espaços públicos, oferecidos como modo de redução de danos, para se abrigarem. No entanto, se faz necessário salientar que os recursos de abrigagem oferecidos pela rede de Assistência Social possuem condicionalidades<sup>18</sup> para ingresso, que podem ir de não entrar embriagado a necessidade de banhar-se, o que acaba por afastar algumas pessoas do serviço. Outras situações se apresentam em épocas mais críticas do clima, por exemplo, o inverno na região sul. Por tratar-se de um período em que o frio é mais rigoroso os serviços mostram-se insuficientes frente à demanda existente.

Por outro lado, cabe ressaltar, que nem todas as pessoas que, aparentemente vivem na rua moram nela, já que muitas possuem residência. Neste caso a utilização do espaço público se dá como seu principal meio de sobrevivência, seu habitat (BRASIL/MDS, 2008). Ou seja, é neste espaço que são estabelecidas as redes de relação que passam a unificar a situação permitindo confundir os que vivem da rua como população de rua. Para Silva (2006) “as situações vivenciadas podem ser dispostas num continuum, sendo o tempo de vivência nessa situação sua referência, dessa forma quanto maior o tempo mais estável é sua condição de morador de rua”.

Segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) são diversos e inúmeros os grupos de pessoas que estão nas ruas, de forma eventual ou em alguns casos, já com processo de rualização avançado, de modo que podem ser considerados mais estáveis nessa situação: imigrantes, desempregados, egressos do sistema penitenciário e psiquiátrico, etc., constituem uma gama de pessoas que vivem no cotidiano da rua. Nas teias do processo de rualização, apresentam-se os trecheiros ou andarilhos, pessoas que andam de uma cidade a outra, normalmente a pé, pedindo carona ou viajando através do recurso de passes de viagens que são concedidos por entidades assistenciais. Ainda que pertencente a esse grupo populacional, os trecheiros, que têm por característica principal o deslocamento, muitas vezes, não são considerados população de rua em si, por conta do deslocamento de longa distância não ser um traço comum entre estas pessoas.

---

<sup>18</sup> Em alguns serviços não é permitido consumir álcool e drogas, se faz necessário realizar a higiene pessoal (banho) e, na maioria dos casos, é necessário dormir em quartos coletivos.

Dito isto, necessita-se ressaltar que a população em situação de rua sofreu um processo de agudização, no sentido de que a população que já existia há séculos fazendo sua história nas calçadas teve aumento devido ao modo de produção capitalista, principalmente em países periféricos. Esse avanço no número de pessoas que estão hoje vivendo na rua desencadeou a necessidade de caracterização, que são apontadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome através da Política Nacional para Inclusão Social a População em Situação de Rua como sendo um

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL/MDS, 2008).

Como observado, a rua abriga um extenso leque de moradores, que se caracteriza, portanto, como um grupo heterogêneo no que concerne seu local de origem, suas vivências familiares e com a comunidade, as atividades laborais que desempenhavam antes de encontrar-se nessa situação, entre outros casos. Como nascer de uma mulher que mora na rua e desconhecer outra realidade, senão aquela que é posta. A multidimensionalidade apresenta-se como característica básica das pessoas que integram essa categoria social, porque são inúmeros os motivos para se viver na rua, a própria pobreza em determinadas áreas, por exemplo, a precariedade das moradias e sua falta de estrutura, podem resultar em abandono da residência para ir viver na rua, como opção mais atrativa (FERREIRA, MACHADO, 2007). Embora haja bibliografia que infira que na rua as pessoas passam pelo anonimato, mantendo-se em segredo, desgarradas da sociedade, sendo assim invisíveis (DAMATTA, 1987).

Na redação da mesma política pode-se observar alguns dos traços que, de certa forma, representam grande parte das pessoas em situação de rua como a:

Pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o

espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais (BRASIL, 2008).

Percebe-se que o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) tem dedicado maior atenção à população em situação de rua. A tentativa é de concentrar recursos para a realização de pesquisas e para formulação de políticas públicas voltadas para esses atores sociais com abrangência nacional. Entre agosto de 2007 e março de 2008 o MDS realizou uma pesquisa nacional em cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, a intitulada Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que mais tarde deu vias a redação da Política Nacional para Inclusão Social a População em Situação de Rua. A iniciativa deu-se em 2005 após a realização do I Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, realizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

Na época da pesquisa foram identificadas mais de 31 mil pessoas em situação de rua em 71 cidades brasileiras. Destas mais da metade relatou estar em situação de rua, permanecendo nesta situação motivada, segundo eles, por uso de drogas (BRASIL/MDS, 2008). Desse contingente apenas 16% dos sujeitos dizem viver através do pedido de dinheiro, mendicância. A partir desses dados pode-se dizer que é incorreto afirmar que a população em situação de rua é, em sua maioria formada por mendigos, tampouco referenciar essas pessoas como tal. Já que mendigos são aqueles que vivem de mendicância, pedindo esmolas em sinaleiras, nas portas prédios públicos, nas ruas, etc. (PRATES, PRATES, MACHADO, 2011). Em Porto Alegre essa afirmação foi explicitada através de censo realizado com sujeitos adultos em situação de rua (REIS; PRATES; MENDES, 1995). À época da pesquisa 222 sujeitos, maiores de 14 anos, fizeram parte do levantamento de dados. Desses sujeitos 47,5% costumavam esmolar, 50,2% recebiam alimentos da comunidade e 47% outros auxílios como vestimentas e dinheiro. Cinco anos após o estudo, outra pesquisa foi realizada, confirmando os dados anteriores, no mesmo município (ABREU et al., 1999).

Ainda que em menor contingente, é crescente o número de mulheres que fazem do espaço público seu habitat. Essa constatação está presente em

em âmbito local e nacional. Nenhuma pesquisa na esfera estadual foi localizada nas buscas realizadas durante a pesquisa. Esse número crescente de mulheres que “se encontram em situação de rualização, a vulnerabilidade a que estão sujeitas é ainda maior sua por condição de gênero” (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p. 200) em um ambiente predominado por homens. A fragilização dessas mulheres se dá também em termos de saúde mental, mas não somente isso, “há a desvalorização de si associada à perspectiva de gênero que se expressa numa postura de subalternidade” (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p. 201) na forma como se relacionam com seus parceiros.

A luta pela sobrevivência salienta-se como algo penoso e árduo, pois a mulher, seja pela condição de gênero, pela idade já avançada, ou ainda pela ausência de qualificação profissional, enfrenta as mais variadas dificuldades no mercado de trabalho e vê estas dificuldades aumentarem, estando inseridas em grupos economicamente e culturalmente marginalizados (PRATES, ABREU, CEZIMBRA, 2004, p. 174).

Na cidade de Porto Alegre para realizar a coleta de dados a respeito da população em situação de rua uma pesquisa foi realizada entre os anos de 2007/2008, intitulada “Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de afrobrasileiros; coletivos indígenas; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; remanescentes de quilombos” (FASC, 2008). A pesquisa identificou 1.203 pessoas em situação de rua, sendo 81,8% do sexo masculino, configurando a maioria. A maioria do segmento em situação de rua está na faixa etária entre 25 a 34 anos (30%). Desta população metade é natural de Porto Alegre ou Região Metropolitana (52%); os migrantes de outros Municípios do Rio grande do Sul são 35% e de outros Estados são 6,9%. A grande maioria (80%) informou ter exercido anteriormente uma atividade de trabalho: trabalhador da construção civil e trabalhos domésticos e informaram não exercer mais essas atividades por diversos motivos como: escassez de emprego no ramo, falta de documentos, doenças e falta de endereço fixo.

Como estratégia de sobrevivência trabalham em atividades de recolhimento de material para reciclagem e de guardadores de carros, ganham de meio até um e meio salário mínimo, como trabalhadores do mercado

informal e precário. Dizem que já sofreram violências nas ruas, apontando a Brigada Militar como maior agente causador. Essa realidade é apresentada nos relatos. Em suas falas, informam terem sido acordados durante a noite pela ação da Brigada Militar que procurava pessoas – que cometeram assaltos a caminhões de bebida, por exemplo (FASC/UFRGS, 2008, 27-39).

Os resultados da pesquisa nacional que culminou na realização da Política Nacional para Inclusão da população em situação de rua (MDS, 2008), bem como os da pesquisa de âmbito municipal “Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de afrobrasileiros; coletivos indígenas; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; remanescentes de quilombos” (FASC, 2008), são semelhantes. Embora, deva-se salientar, que as condições como clima e economia de cada estado interfere nos resultados, e não há uma pesquisa apenas do estado do Rio Grande do Sul, o que tornaria a análise comparativa mais rica. Percebe-se com isso que, mesmo havendo interesse das agendas políticas e dos direitos humanos, em voltar mais seu olhar para o tema processo de realização, ainda há muito a ser discutido e ampliado sobre o assunto.

### **2.3 Patriarcado e feminismo e mulher: teorias que se estendem ao espaço público**

Embora a pesquisa Análise das condições de vida das mulheres em situação de rua em Porto Alegre – RS tenha sido realizada por amostragem, com um número restrito de mulheres, a tarefa de pesquisar as pessoas em situação de rua é imensa em sua complexidade. Como já pode-se ver no item anterior, os motivos para se estar na rua e nela permanecer, são os mais variados. Além disso, o processo reverso à situação de rua também há de ser notado, em algumas falas, como parte importante do trabalho de pesquisa. Pois é nesses pequenos fragmentos de fala que se pode perceber a urgência com que as mulheres demonstram a necessidade de sair da situação de rua. Contextualizar a mulher na rua acarreta interpretar teórica e empiricamente os papéis de gênero que ela (s) desenvolve (m). A peculiaridade e a importância dessa aproximação e análise em relação à vida pregressa, o processo de

realização de cada uma e a reversão do processo, para algumas, torna ainda mais significativo o papel da pesquisadora nesse campo de múltiplas faces.

Busca-se trabalhar com a categoria mulher, não dispensando em momento algum a necessidade de falar-se de gênero. Isso porque se falássemos do sujeito feminino como categoria central desta pesquisa, necessitaríamos também incluir todo e qualquer sujeito que assim definisse-se. Ora, atenta-se ao fato de que travestis e transexuais também pertencem a categoria feminina. Tomamos como pressuposto a busca por mulheres no sentido biológico, independente de sua condição de gênero ou orientação sexual. Joan Scott (1989) infere que “no seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”, tomando como pressuposto que a conotação da palavra gênero é mais “objetiva e neutra” do que a palavra mulher. Embora nenhum pesquisador social possa separar definitivamente os sexos, tendo em vista que a história das mulheres não está desvinculada da história dos homens. Bem como as classes sociais não são desconectadas uma da outra, pois para que uma exista necessariamente haverá a outra.

Joan Scott (1989) nos diz que gênero é uma construção social, a dominação do homem e a subordinação da mulher é explicitada através de explicações em que a categoria gênero é associada às correntes do patriarcado, do marxismo e da psicanálise.

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens (SCOTT, 1989, p. 19).

Em relação ao patriarcado, ou patriarcalismo, desencadearam-se significados que, para os estudos feministas, buscava significar a condição feminina na sociedade diante de bases de dominação masculina. As controversas e heterogêneas opiniões sobre o tema, suscitaram discussões controversas, levando alguns intelectuais a não utilizarem o conceito.

Por um lado, vê-se o patriarcado através da dominação masculina, em que a “dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie” (SCOTT, 1989, p. 9), desvaloriza o trabalho exercido pela mulher ao dar à luz. Ou seja,

entende-se como a necessidade primária de continuidade do clã, portanto o homem desempenharia papel de maior importância nesse trabalho explicado por uma reificação da figura masculina.

Para Catherine Mackinnon, a reprodução não é a chave para o patriarcado, em sua obra, a autora realiza uma analogia e lança uma abordagem em relação à sexualidade, diz Mackinnon que “a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que nos pertence mais e, no entanto, nos é mais alienado” (1982, p. 515). Inferindo ser o trabalho um processo social que molda e transforma a sociedade a autora realiza a análise comparativa em que diz que “a sexualidade é esse processo social que cria, organiza, expressa e dirige o desejo, criando os seres sociais que conhecemos como mulheres e os homens, como as suas relações criaram a sociedade”<sup>19</sup>. (Idem. p. 516).

Para Scott, as historiadoras femininas marxistas com suas abordagens mais teóricas, são respaldadas pela história econômica e sócia, infere ela que

No caso em que se propõe uma solução baseada no duplo sistema (composto de dois domínios: o patriarcado e o capitalismo, que são separados, mas em interação), como no caso em que a análise desenvolvida se refere mais estritamente aos debates marxistas ortodoxos sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros se encontra fora da divisão sexual do trabalho. (1982, p. 10-11).

Isto porque afirma que as categorias, sexualidade, família e lar são produtos que sofrem mudanças assim como os modos de produção, conforme, também, as teorias de Engels. Em “A origem da família” Engels traz à tona a submissão da mulher e a partir daí explicita as maneiras de formação possíveis, conhecidas à época, de moldes de família, dando ênfase a família patriarcal nuclear e a derrocada das mulheres em relação ao matrimônio, em que “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (1891, p. 15).

Retoma-se neste momento, a categoria gênero, embora em segundo plano conforme explicitado anteriormente, solidificando a necessidade de refugar a oposição binária homem-mulher, no entanto dando vias a trabalhar-se

---

<sup>19</sup> Livre tradução da autora.

com a categoria mulher sem necessariamente remeter-se a teorias feministas e de gênero. Scott infere que “precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar” (1989, p. 18).

Nicholson (1999) diz que a palavra gênero é estranha ao feminismo, explicando que o termo é utilizado de forma um tanto contraditório, para designar basicamente duas posições:

- a) “O gênero foi desenvolvido e é sempre usado em oposição ao sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado”.
- b) “gênero tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com distinção masculino/feminino. Incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’”. (NICHOLSON, 1999, p. 1).

O movimento feminista, que busca como sua causa principal - ao menos para algumas correntes – desmontar a estrutura que separa os direitos entre direitos dos homens e direitos das mulheres, utilizam-se de dois termos que são comuns um ao outro: gênero e sexo. O que justifica perfeitamente o que apresentou-se anteriormente. Gênero, dessa forma, se refere ao socialmente construído, enquanto sexo ao que é biologicamente dado. Embora esses dois termos não possam ser dissociados, pois entende-se que “sexo e gênero são categorias distintas, porém, não devem ser vistos dicotomicamente ou como polos distantes no qual um representaria a cultura e o outro a natureza” (FERREIRA, 2014, p. 59).

Para que se possa trabalhar a categoria mulher, conforme elencada no início desse estudo, precisa-se caracterizá-la. De acordo com Scott (1995) a mulher, enquanto grupo ou categoria, só pode ser explicada através de um instrumento de análise. Seria esse instrumento o próprio gênero que como pode-se ver apresenta um leque de significados que não cabe aprofundar. Em outras palavras, não se poderia ler mulher quanto um objeto em si.

Se a função da fêmea não é suficiente para definir a mulher, se recusarmos também a explicá-la pelo eterno feminino e, se admitirmos, pelo menos provisoriamente, que há mulheres na terra, nós temos então que nos colocar a questão, o que é uma mulher? (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

Beauvoir segue seu texto dizendo que enquanto mulher é necessário apresentar-se como tal, enquanto os homens são “naturalmente” aceitos. Ela utiliza um exemplo dizendo “a ponto de dizermos ‘os homens’ para designarmos os seres humanos” (Idem). O que conota a opressão masculina da época, e que ainda é reproduzida, embora tenhamos estudos e estudiosos sobre o tema, militantes e especuladores da causa feminista.

As militantes feministas, sem dúvida, tiveram papel de destaque na história da mulher, a tentativa de integrar a mulher a sociedade, dissociando a ideia de direitos diferentes, e primando por necessidades até então suprimidas e não valorizadas, como a reivindicação por postos de trabalho, por exemplo. Até a década de 1970, a mulher foi vista como vítimas de um sistema socioeconômico e opressor. A ela, não era “permitido” ter consciência política (lembrando que o voto foi uma conquista de lutas), tampouco ela entendia seu processo de atuação na história. A condição feminina era o foco da década seguinte, considerado um período de efervescência dos trabalhos realizados pelas feministas. Através desses processos históricos sociais as mulheres passaram a ganhar espaço, tornando-se sujeitos sociais aceitos, que lutava, não contra o sexo oposto, mas por autonomia.

Na rua, a autonomia se restringe a liberdade de locomoção. O número de homens é três vezes maior que o de mulheres, e nos espaços em que as mulheres são inseridas o patriarcado é constantemente reproduzido. No entanto, das entrevistadas, apenas uma inferiu que o trabalho, o sustento e a busca por soluções para suas necessidades na rua vem do companheiro. De modo geral, as mulheres argumentam não necessitar de ajuda masculina para qualquer atividade de sobrevivência no processo de realização, no entanto suas falas possuem indicativos de segurança e proteção, “Eu estou com o pai da minha filha faz tempo ele era meu colega. Eu sempre fiquei junto com os guris e os guris nunca deixam nada acontecer para nós” (Alice, 19 anos).

Percebe-se que nos locais em que estão inseridas há sempre mais de um homem presente. Pode-se observar cerca de cinco homens nos grupos em

que as mulheres participantes estão introduzidas. Com exceção de duas participantes que vivem apenas com os companheiros e apresentam receio de inserir-se em grupos, por medo do que possa vir a acontecer.

A gente não se iguala muito, entendeu? Porque a gente pressente quem é quem. Tu aprendes quem é marginal, tu aprendes quem é drogado. Tu vê quem é uma pessoa que é do bem e quem não é do bem. A gente fica mais distante. Pode ver, quando tu chegaste estava eu e ele, e lá tem um monte de gente, a gente fica só olhando. Nunca fica embolado [...] porque nós temos muito medo (Alice, 41 anos).

Percebe-se que, embora os espaços sejam diferentes, as mulheres em situação de rua não se diferenciam totalmente da realidade de outras mulheres, pois como no espaço da casa, do trabalho, das relações interpessoais há sempre hierarquia e relações de poder que perpassam o cotidiano. A diferença maior está mesmo na maneira como as entrevistadas se referem e vivem em relação a tais diferenças, através da ampliação e busca de poder no espaço inserido.

As estratégias de sobrevivência na rua frente as violências e preconceitos são de fato um divisor de águas entre mulheres que não estão em processo de realização e as participantes da pesquisa. Embora seja necessário ressaltar que são fatores e respostas totalmente subjetivas e que não há dado comparativo em relação a outras mulheres. No caso das mulheres em situação de rua existem várias estratégias, resistências, violências e preconceito por estarem em situação de rua e por enfrentarem as desigualdades econômicas, políticas e de gênero. Mas há também relatos opostos a isso, que ser mulher, de certa forma, auxilia o processo de sobrevivência.

Eu acho que o fato de eu ser mulher facilita para eu receber ajuda. Homem para pedir assim é bem difícil. As vezes a gente saía, todo mundo junto, para pedir e eles não ganhavam nada e eu ganhava. Eu tenho o rosto bonito, o meu rosto parece de guriuzinha nova, então facilita mais e tem que ter mais educação para pedir as coisas, não é? Eu disse para eles: "se vocês vão e ficam fazendo fuzarca, vocês não vão ganhar nada" (Alice, 19 anos).

Diluída na cultura da beleza, a mulher aqui atribui seus traços jovens e sua educação ao pedir por ajuda, ao fato de ser auxiliada, enquanto recrimina os companheiros. E pela primeira vez na entrevista sinaliza o fato de ser

mulher. Percebe-se que em outras situações como dormir ao relento, fazer higiene e procurar por atendimento de saúde, por exemplo, ela não faz distinção dos homens que a acompanham. Isso demonstra que:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão do trabalho. (BOURDIEU, 2007, p. 20).

Essas diferenças socialmente construídas, que fazem com que uma mulher receba ajuda, segundo ela, por ser mulher, caracteriza um fenômeno em que a figura feminina exerce poder de compaixão. Em outras palavras, uma mulher desperta sentimentos de pena em outras pessoas, enquanto os homens despertam sentimentos controversos. No entanto, em momento algum buscou-se vitimizar qualquer uma das entrevistadas, e com isso obteve-se o seguinte relato: “Homem é corajoso, mas eu acho que é raro ter uma mulher corajosa na rua e aguentar tudo que eu já aguentei. Tem homem que vem para a rua e não aguenta, dura uns dias e já morre e eu já passei muita coisa” (Alice, 28 anos).

Entende-se que o papel do sujeito oprimido, dá lugar a mulher resiliente, traço esse encontrado na maior parte das entrevistas. Grotberg (2005, p. 15) faz uma síntese do termo resiliência, dizendo ser a “capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade”. Na verdade, a categoria primeiramente foi estudada nas ciências exatas, para só depois ser aplicada às ciências sociais, por volta dos anos 1970. De fato ainda pouco utilizada no Serviço Social (PINHEIRO, 2004).

### 3 MULHERES, VIOLÊNCIA E FUTURO

Na relação com a mulher, como presa e servidora da luxúria coletiva, se expressa à infinita degradação na qual o homem existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem sua expressão inequívoca, decisiva, manifesta, desvelada, na relação do homem com a mulher e no modo de conceber a relação imediata, natural e genérica (Karl Marx).

Entende-se que estar em processo de realização ou estar em situação de rua já é por si uma situação de violência cotidiana nas trajetórias de vida dessas mulheres. Bem como do contingente de pessoas que estão nesta situação em todo o mundo. Trata-se de expor o corpo e a mente a situações adversas das quais não tem-se controle. Uma mulher que não se encontra em situação de rua, pode no espaço público sofrer os mais diversos abusos, que normalmente é determinada por sua condição de gênero. Ainda assim, esta mesma mulher voltará para a segurança de sua casa [caso não seja vítima de violência doméstica, é claro] ao fim de seu dia, buscando a possibilidade de minimizar tais agressões. No caso das mulheres em situação de rua a violência ganha proporções ainda maiores, justificada não só por sua condição de gênero, mas também por ter buscado a rua como possibilidade de sobrevivência.

Cabe neste momento salientar a fragilidade e vulnerabilidade das entrevistadas em relação ao espaço público, seus companheiros, a sociedade e não menos importante o Estado. Quanto categoria emergente da realidade, a violência surgiu de maneira explosiva em todas as falas, diz-se explosiva, pois foi para além das suposições da pesquisadora. Ao utilizar-se da história de vida como instrumento principal para a pesquisa, vislumbrou-se a necessidade de compreender os modos e condições de vida dessas mulheres. Sabia-se que a categoria violência apareceria, pois, como já referido, estar em situação de rua representa uma situação violenta contra todo e qualquer ser humano. Mas o número de vezes em que as respostas trouxeram tal categoria para explicar a realidade dessas mulheres foi alarmante.

Desta forma, optou-se neste capítulo por discutir tal categoria. No primeiro subitem fala-se sobre a violência institucional, como o Estado e a polícia, instituição representativa do poder público que visa a segurança da

população, atuam de forma a gerar violência de acordo com as falas dessas mulheres. No subitem seguinte, falar-se-á do abuso do corpo. Neste momento a discussão não toma apenas cunho sexual, embora haja relatos em mais de uma entrevista, mas também agressões físicas vivenciadas pelas mulheres participantes. Por fim, no último subitem apresentar-se as histórias de cada uma das mulheres de forma condensada e suas expectativas de futuro, como resposta a todas as outras questões envolvidas no processo de realização. Buscando compreender como essas mulheres veem seu futuro numa perspectiva de gênero, muitas vezes pouco compreendida por elas mesmas.

### **3.1 Violência e suas variáveis: insurgências e abuso de poder institucional**

Algumas categorias da realidade foram surgindo durante o contato e as entrevistas com as mulheres em situação de rua. Dentre elas pode-se destacar o uso de drogas e a violência como categorias comuns no cotidiano das mesmas. Os diários de campo foram utilizados de forma significativa nesta análise, exercendo papel fundamental a partir da observação e posterior registro. Algumas das abordagens realizadas revelaram que, embora sintam-se protegidas pelos homens - sejam eles companheiros ou amigos que integram o mesmo grupo - estes também são alguns dos causadores de violência física, psicológica e simbólica.

Salienta-se que em três abordagens realizadas com pessoas diferentes, com o intuito de convidá-las a participar da pesquisa, houve recusa por parte do próprio companheiro, suprimindo a decisão pessoal de participação. Em uma das abordagens uma jovem, aparentemente com vinte e poucos anos, estava com o olho direito roxo. A informação do ocorrido, violência causada por uma briga com o companheiro, se deu momentos após o namorado afastar-se do local em que se conversava com a mulher. No entanto, ela aceitou participar da entrevista, pediu que a pesquisadora retornasse na semana seguinte, devido a situação em que se encontrava. Ao retornar a pesquisadora não a encontrou mais no local estabelecido pela possível participante, e a mesma não foi mais localizada. Nesse caso, especificamente, outras tentativas de encontrá-la foram realizadas e não obteve-se sucesso.

Entende-se que neste caso não trata-se apenas de violência física, como relatado pela própria mulher, mas também de violência simbólica<sup>20</sup>. A base em que está ancorada à violência simbólica está no fato de o homem ser considerado como ser superior da relação e da sociedade, reforçando o estereótipo de mulher incapaz de responder por si. Conforme explica Bourdieu “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem

---

<sup>20</sup> Pierre Bourdieu criou o termo violência simbólica para descrever o processo pelo qual a classe dominante economicamente impõe sua cultura. Entende-se que aplicar aqui o termo é pertinente, pois destaca também a urgência de um olhar em relação a violência simbólica do Estado perante a supressão dos direitos humanos à população com dificuldade de acesso.

necessidade de se anunciar em discursos que visem a legitimá-la”. (2007, p. 18).

A ideia mascarada de que a mulher é a parte frágil nas relações, tanto na rua quando na vida doméstica, se dá em prol do reforço de empoderamento e dominação masculina, pois sabe-se que os papéis desempenhados por homens e mulheres na rua tem o mesmo valor, o mesmo sentido e o mesmo objetivo: sobrevivência.

Assim como as mulheres no âmbito da casa, ainda hoje, desempenham papéis ditos domésticos, na rua não é diferente. Como se pode ver no capítulo anterior, para reforçar o papel de gênero, às mulheres são delegadas tarefas como cozinhar, passar, servir, etc. Em relação ao trabalho, sabe-se que em um ambiente doméstico a mulher, além de desempenhar o papel imposto, também sai para trabalhar e contribuir com a renda familiar. Na rua esta situação não se apresenta de forma diferente. Em apenas uma das entrevistas, a única mulher a exercer trabalho fora do ambiente da rua, relatou que,

Ganhar 30 reais por dia e trabalhar 12 horas, de pé, não ter lugar certo praa ti fazer o teu serviço. Trabalhar em solda, em lazer, aquele negócio te prejudica as vistas, te sentes mal. Para mim é um serviço muito estranho. Mas a gente precisa, fazer o que, não é? (Alice, 41 anos)

A entrevistada questiona a forma de trabalho, mas diz que não o pode dispensar porque dele vivem ela e o companheiro e acrescenta, “na rua é difícil a gente ganhar alguma coisa. Quem recicla tira pouquinho, não dá para tu tirar nada. Passa o dia todo, nesse tempo<sup>21</sup>, tira o quê?! 10, 20, 30 real. E quando tira” (Idem). Neste caso tanto Alice quanto o companheiro trabalham com reciclagem, e a ela também é delegada a tarefa doméstica conforme fala a seguir “Os dias que eu estou na rua com ele a gente junta para comprar um pão, uma mortadela, um refri ou um suco. A comida de sal não dá para tirar. Nem que quiser tirar, vai comprar e vou fazer onde?” (Idem). Quando ela se questiona onde fará a comida, fica clara a sua tarefa de prover a refeição, caso seja possível cozinhar na rua. Outro exemplo é o do seguinte depoimento: “A gente se alimenta porque a gente faz comida aqui mesmo. Agora ele vai vender esse material e a gente compra. Eu cozinho aqui mesmo” (Alice, 28

<sup>21</sup> Refere-se ao calor do dia em que foi realizada a entrevista.

anos). Novamente o papel de desenvolver a parte doméstica transparece na fala da entrevistada.

A dominação masculina quanto formação cultural, conforme explica Bourdieu, em que a classe dominante impõe sua cultura à classe dominada, trata-se de um processo social de reprodução de culturas através de gerações. Cabe afirmar ainda que dominação masculina se dá tanto no campo físico como no psicológico, por meio da reprodução social, que na visão de Bourdieu verifica-se como o processo social pelo qual as culturas são reproduzidas. Segundo o autor “o fundamento da violência simbólica reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que a produzem” (2007, p. 54). Então tem-se a violência simbólica como uma questão subjetiva, e não somente concreta como a violência física e psicológica, a ser salientada no cotidiano dessas mulheres.

No entanto, antes de dar prosseguimento a discussão, é necessário realizar-se a pergunta: o que é violência?

Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência (CHAUÍ, 1998).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) violência é “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Pode-se afirmar que o conceito de violência é muito mais amplo e ambíguo. Violência não é meramente a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; até porque dor tem um conceito muito amplo e se apresenta de diversas formas. Parte-se do pressuposto que a inserção no processo de realização é uma das primeiras violências sofridas por essas mulheres.

A partir do momento em que a pessoa encontra-se em processo de realização depara-se com a violência em suas diversas expressões. Muitas das vezes o motivo que as levou a ocupar o espaço público para sobreviver, também foi gerado por violência. As mais comuns entre elas são as físicas e

verbais, no entanto a perda da dignidade da pessoa humana perpassa a vida da população de rua. A autonegação de direitos permeia um discurso é comum a essa população. Diante do trabalho realizado por aproximadamente quatro anos pela pesquisadora, em período de graduação, a autonegação apresentou-se como uma constante nas falas. A falta informação a respeito de seus direitos, o desconhecimento e a dificuldade de acesso não permite que as pessoas que ocupam esse espaço percebam essa face da violência, a violência simbólica. O conceito de dignidade da pessoa humana não pode ser relativizado, portanto.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da UNESCO, logo em seu art. 1º afirma ser o genoma humano a herança da humanidade, tratando-o como unidade fundamental de todos os membros da família humana aos quais reconhece dignidade e diversidades inerentes. No art. 2º designa a todos o direito ao respeito por sua dignidade e seus direitos humanos, independentemente de suas características genéticas, salientando que essa dignidade faz com que seja imperativo não reduzir os indivíduos à suas características e respeitar sua singularidade e diversidade. Por sua vez, o princípio mais importante a que se refere o parágrafo 3º do art. 29 e o art. 30 da Declaração dos Direitos Humanos é o princípio do respeito à dignidade do indivíduo, considerando que a liberdade, a justiça e a paz no mundo têm por base o reconhecimento à dignidade intrínseca e aos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana.

O mínimo existencial é direito de todo e qualquer sujeito, independente de sua situação econômica, entre outros fatores. Enquanto a Constituição Federal assegura direitos a todos, o neoliberalismo entra com o Estado mínimo onde deveriam ser garantidos os direitos, mesmo que mínimos, a todos os sujeitos. Contudo o sujeito em situação de rua por não conhecer ou, ainda mais grave, não sentir-se “merecedor” de, seus direitos, passa por diversas situações que o expõe a violência. O art. 6º da CF 88 diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, no entanto, para Costa e Silva (2009, p.174), a rua é vivida como um espaço de instabilidade, um mundo à parte da sociedade

formal, onde a presença do Estado como garantidor da ordem e da segurança é relativa.

A violência policial e o abuso do corpo foram os dois tipos de violência mais citados entre as participantes. A Brigada Militar como agente representante do Estado tem como objetivo garantir a segurança pública. No entanto atos de coação, abuso de autoridade e abuso sexual foram relatados durante as entrevistas.

Toda e qualquer ação de um agente militar é regulada e amparada por lei, ações controversas às definições que possam vir a desvirtuar posições constitucionais elencados no art. 37, caput, da constituição Federal de 1988 podem vir a punir o agente servidor. Sabendo que a autoridade pública possui poder administrativo, mas necessita obedecer seus preceitos e formas legais de ação. Em caso de abuso de poder, ou abuso de autoridade, o policial militar pode ser responsabilizado por não ter agido conforme preconiza a lei 4.898/1965. Trata-se da regulamentação civil e penal nos casos de abuso de poder.

É necessário deixar claro, mais uma vez, que os depoimentos são subjetivos, amparados por análise da técnica de história de vida. Ou seja, não são confrontados com a voz do outro (não temos aqui a voz do agente causador, somente da pessoa entrevistada, por exemplo). E em momento algum busca-se vitimizar nenhuma das participantes, buscando uma análise clara das falas e seus elementos ocultos dentro do contexto de cada declaração.

Dentre as falas destacou-se os trechos a seguir para primeira análise em relação a abordagens policiais,

Quando eu usava loló daí era paredão toda hora e já teve gente da polícia que me deu dinheiro e pediu para eu comprar droga (Alice, 28 anos).

Uma vez a gente morava num viaduto perto aqui da outra praça, a gente tinha feito um tapume com madeira e a gente morava ali e como tinha muito movimento, porque os guris iam ali ver a gente. A gente pedia “não vem toda hora aqui”, mas não adiantava os guris iam. E eles estavam suspeitando que a gente estava vendendo alguma coisa ali. Chegaram entrando e batendo e quebrando tudo e foram para dar no meu marido e eu me meti na frente e ele continuou batendo com cassetete nas minhas pernas e nas costas e depois me pegou pelos cabelos. Uns brigadianos bem brabos. Porque eles

achavam que a gente estava vendendo alguma coisa. Eu fiquei toda roxa, com a cara toda roxa, não conseguia nem andar (Alice, 19 anos).

A Brigada humilhando as pessoas, o que mais marca a gente é quando cai a noite. O que mais dispara o meu coração é quando eu estou deitada, como eu estava ali agora, e eles vem vindo – porque eles sobem essa ponte aqui, do nada - tu não vê. Ou eles descem aquele morrinho lá, correndo. Em dias de chuva tu tens que procurar um lugar para te esconder. Eles fazem isso com frequência. Tu nem sabe, quando vê eles abordam. Quando tu vê eles vem andando, com a arma na mão, não respeitam se é mulher, se é idoso, se é velho, se é nada (Alice, 41 anos).

Praticamente todos os depoimentos trazem o uso de drogas e outras substâncias quando dada a ação policial. Embora saiba-se que essa população é acometida por uso de substância ilegais, não há justificativa para que sejam agredidos verbal ou fisicamente. Na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2008) 35,5% dos entrevistados referiram ter ido morar na rua em decorrência do uso de drogas. No caso das entrevistas foram duas as que buscaram a rua como maneira de dar continuidade ao uso. Cabe salientar o número reduzido da amostra.

A ligação entre a violência sofrida e o uso de drogas se dá por fatores diversos. Desde a usuária ser detida por uso, por suspeita de envolvimento com tráfico, ou em outros casos o enxerto. Essa última prática se evidencia nas falas das participantes. O enxerto é, segundo elas, a ação de as autoridades darem drogas a uma pessoa e em seguida acusá-la de porte ou tráfico (dependendo da quantidade de substâncias).

Já vi horrores. Ali do outro lado mora a [...] e o companheiro dela. A Brigada chegou ali e enxertou um cadeirante. Contando ninguém acredita. Porque eles são viciados, são viciados em crack, aí eles chegaram ali enxertaram o rapaz e levaram preso. Ela ficou uns 6 mês e ele também um bom tempo (Alice, 41 anos).

A própria entrevistada relata ter sido detida por conta de um enxerto de drogas por policiais. Mas nem todas as abordagens parecem culminar em detenções, há relatos de vezes em que o próprio servidor militar não permite que haja violência ou abuso de autoridade.

Só teve um senhor, [...] que uma vez ele olhou e disse “isso aí é uma barbaridade, fazer isso para eles. Eles são chinelo. São tudo chinelo, deixa eles”. Porque eles queriam enxertar a gente: “a gente tem uns roubos que pegamos lá embaixo, na praça XV, vamos enxertar eles”. Então ele olhou e disse: “não, deixa eles, são tudo chinelo” e não deixou fazer (Alice, 41 anos).

Para Vinagre Silva, trata-se de um outro lado da moeda, em que “há, ainda, aqueles policiais que se opõe a práticas ilegais [...] alegam, geralmente, valores morais e religiosos como justificativa para não se deixarem envolver” (1992, p. 134). Embora haja os policiais que “procuram desnudar a sordidez da instituição [...] já que recebem uma baixa remuneração (Idem).

A Brigada Militar atua preventivamente à ordem pública e trabalha sob a ótica de polícia ostensiva. Ou seja, tratam-se de servidores militares fardados, identificados, que buscam coibir crimes, ações infracionais e/ou reprimi-los. Uma vez que a atividade da Brigada Militar é realizada em prol do interesse público, os servidores gozam de direitos e deveres da administração pública. É de suma importância destacar, mais uma vez, que os relatos são subjetivos e tratam-se histórias de vida diversas e não se pode confrontar com o outro lado. Não cabe juízo de valor, neste trabalho, pois a categoria violência nem mesmo havia sido elencada como categoria a ser trabalhada. No entanto em decorrência do número de vezes em que foi citada, entendeu-se necessário realizar uma breve discussão.

O Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, realizou pesquisa no período da Copa do Mundo de 2014, em que o enfoque foram as denúncias realizadas através do DISQUE 100 – Serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituições de segurança pública, polícia civil, Ministério Público, sociedade civil organizada, movimentos sociais, denúncias espontâneas feitas diretamente ao CNDDH e ainda a busca ativa em veículos de comunicação.

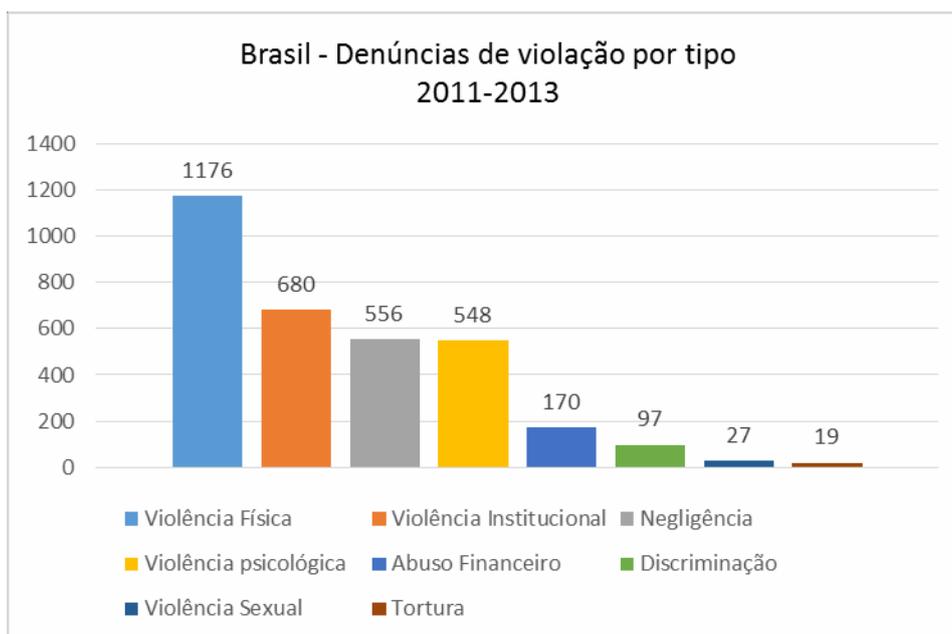
Especificamente na cidade de Porto Alegre, através de um seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da qual a pesquisadora participou como ouvinte, o CNDDH obteve dados referentes a intensificação da violência por parte da polícia militar contra as pessoas em situação de rua, em prol do evento Copa do Mundo. O

Movimento da População em Situação de rua da cidade relatou os atos de violência física contra pessoas em situação de rua, inclusive, o CNDDH infere em documento que o “denunciante teve que ser incluído em um programa de proteção aos defensores de direitos humanos”.

Apesar de não compreender o período em que as entrevistas para a pesquisa ora apresentada tenham sido realizadas, esse dado comparativo é de suma importância, pois o major da Polícia Militar presente no Seminário não reconheceu em momento algum a violência como algo controverso. A época inferiu que os novos policiais não possuem preparo suficiente para exercer a função, pois o treinamento é de apenas três meses, no entanto ressaltou que todo e qualquer ato infracional realizado pela corporação, dever ser denunciado e corrigido.

O Governo Federal em busca da prevenção da violência contra a população em situação de rua, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), instaurou a portaria nº 53/2011. Trata-se de um grupo de trabalho chamado “POP Rua e Segurança Pública”. A criação de curso de formação à distância aos servidores da polícia militar foi, sem dúvida, um dos grandes trabalhos do GT. O curso chamado de “Curso Atuação Policial frente aos Grupos Vulneráveis”, formou cerca de 150 policiais militares, no ano de 2013, em Porto Alegre (PMPA, 2014).

A condição de vida na rua faz com que não haja registro em Boletim de Ocorrência policial, conforme informa o Mapa de Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre, 2014, o que “impossibilita um monitoramento eficiente das violações e faz com que os dados de denúncias tornem-se os balizadores dos debates sobre o tema”. No entanto, através de denúncias, de âmbito nacional, o Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos - Secretaria Nacional de Direitos Humanos (CNDDH-SDH) realizou o seguinte levantamento em relação as denúncias de violação por tipo:



Fonte: CNDDH-SDH

Entende-se aqui como violência institucional toda e qualquer violência causada por servidores públicos, tanto nos serviços de assistência (todo e qualquer espaço de atendimento à população em situação de rua) quanto dos policiais militares. O que reitera a fala das mulheres participantes, pois trata-se do segundo tipo de violação mais denunciado à CNDDH.

Silva infere que, realizado um recorte de gênero, a instituição policial é amplamente descrita como uma entidade masculina, “o que repercute diretamente nos discursos e nas práticas dos policiais em relação à violência contra a mulher” (1992, p. 131). Ou seja, verificou-se o despreparo para lidar com mulheres, seja qual for o cenário na qual ela se insere. Alice, 41 anos, relata a abordagem policial como uma humilhação, quando discorre sobre seguinte acontecimento “eles me abordaram e o Brigadiano fez eu me pelar. Me examinou. Daí ele disse assim ‘não vou te fazer exame de toque’, ele fez eu pôr minha roupa, chamou uma feminina, e fez a feminina me examinar. “Isso é humilhação”, eu disse para ela. “Ele já acabou de me pelar aqui”.

Humilhação social, em um sentido mais amplo, trata-se do sentimento de desmorte da dignidade, a exigência de buscar a espontaneidade de conservar a dignidade humana, enquanto, na verdade, esse sentimento deveria ser instintivo. Gonçalves Filho explicita o termo de tal forma,

Para os pobres, os ambientes urbanos, se não revelam suficientemente o seu desastre ecológico, revelam facilmente o seu caráter excludente, expulsivo. Para o que se beneficia de privilégios, pode não ser perceptível que os espaços citadinos, para o humilhado, carregam um sofrimento político corrosivo: são espaços imantados pelo poder de segregar, pelo poder de sempre atualizar a desigualdade de classes (1998, p. 6).

Aqui trata-se não apenas de violência e suas variáveis, mas sobretudo dos rebatimentos que essas violências causam. Embora trate-se de um autor da psicologia, Gonçalves Filho busca o tema humilhação social para incidir em casos como os relatados nesta pesquisa. Portanto, foi de primeira importância citá-lo como forma de teorização neste trabalho. No entanto, a humilhação é apenas um dos efeitos colaterais nessas mulheres,

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognicentes, mas através de esquemas de percepção, da avaliação e de ação que são construídos nos habitus e que fundamentam aquém das decisões da consciência e os controles da vontade. (BOURDIEU, 2007, p.49-50)

Apesar das intensas e cada vez mais presentes lutas por direitos das mulheres, entende-se, ainda, que a mulher é, de certa forma, considerada objeto de poder da ordem masculina. Assim como as mulheres que moram na rua e vivem em constante insegurança corporal, que sofrem ainda mais abusos institucionais e físicos por parte de homens e outras mulheres. A seguir apresenta-se um mapa em relação ao abuso do corpo propriamente dito.

### **3.2 Corpos que falam: o abuso do corpo e seus rebatimentos**

Os níveis cada vez maiores de violação do corpo vêm crescendo e criando ações afirmativas que buscam coibir tais práticas. Viu-se no subitem anterior, que a preocupação com os índices de violência tem levado as autoridades a tomarem providências e incluírem cada vez mais o tema em suas agendas. Muitos são os fenômenos que desencadeiam a violência, embora nenhum deles possa explicar de fato a questão em si.

Chauí (1985), não define violência como a violação ou transgressão de normas e leis, mas elenca dois eixos para explicar o fenômeno:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (1985, p. 35).

Para Saffioti (1997) utilizar-se do termo violência de gênero gera um conceito ampliado, que abrange mulheres, adolescente e crianças de ambos os sexos. A ampliação do termo, para a autora, faz com que se possa ultrapassar as grades do domicílio, indo além e expandindo, também para o espaço público. Duas entrevistadas apresentaram relatos de violência sexual. Cometidos por familiares, ou pessoas próximas, e por pessoas que supostamente a ajudaria a sair da situação em que se encontrava.

Buscar-se-á, a partir desta etapa do estudo realizar uma análise com pretensões de compreender as situações relatados de abuso sexual, de duas das participantes. As demais não relataram experiências com abuso.

#### **Quadro 1: História de vida 1 - Alice, 30 anos.**

##### **HISTORIA DE VIDA 1 – Alice, 30 anos.**

**“Bah, desde os meus 8 anos estou na rua. Eu morava com a minha avó, daí depois conheci minha mãe. Com 6 anos fui morar com ela e acabei vindo para a rua por causa do meu finado padrasto. Ele tentou se passar comigo. Ele se passava. Ele só, ele só não chegou a ir fundo, porque eu corria, eu gritava e ele me largava.**

**Mas me agarrava, me beijava minha boca. Eu corria quando via que ele queria, eu só largava fincado e ele me pegava no colo. Ele era um baita alemão grande. Eu era pequenininha (ainda sou pequena) [...] a minha mãe não sabia. Ele dava e dizia: “se contar para tua mãe, eu dou em ti e nela”. E eu sabia o como é que ele dava na minha mãe, ele machucava muito ela. Daí eu tinha medo e não contava nada. Uma vez eu não aguentei e eu estava dormindo, minha mãe estava dormindo e ele estava no sofá, meio bêbado, cheirando pó. Eu estava dormindo no**

sofá e ele estava na cozinha. Daí eu vi que ele se passou, e eu vi aquelas mãos nas minhas pernas, tentando abaixar meu calção e eu corri lá para a mãe. No outro dia falei para mãe e fugi para a casa da minha avó.

Eu fiquei calma, eu penso que saiu aquele peso de cima de mim depois que ele morreu. Eu dei risada. Eu sei que... quem sabe... eu não sei porque eu ria... por causa da mágoa, por causa da raiva. Eu sei que quando minha prima falou para mim que ele tinha morrido, sabe? Eu ria! Não sei porque se era por causa que eu estava drogada, eu sei que ria, ria, ria, sabe? Eu não parava de rir sabe? Parece que abriu um “puf”, aí depois disso eu esqueci. Depois que ele morreu não esqueci totalmente, mas deu para relaxar. Não penso mais, sabe? Raramente eu penso nisso.

Eu já fui estuprada. Depois de grande, com 13 anos. É que eu fazia programa, era guria de programa. O cara me enganou e me levou para o mato e lá... ele... Eu não era mais virgem, tinha umas parte que eu era, entendeu? Daí já não foi mais. Ah, eu fui uns 2, 3 anos. Foi um bom tempo. Agora, às vezes, também, quando eu estava solteira, saia. Eu tenho um velho, lá no morro, que às vezes eu vou lá e ele me dá dinheiro. Mas daí já é pai do meu guri. Ele é pai do meu guri de 9 anos. Fui por curiosidade. Minhas amigas faziam, daí elas “Oh Alice, vamos?! Então vai e arruma dinheiro fácil”. Daí eu ia.

Era ruim. Não era fácil, mas depois que eu vi que era melhor de que estar pedindo, me humilhando. As pessoas me xingavam: “Ah, está usando droga” “Ah, vai trabalhar” e “Não sou tua tia, tu não és meu sobrinho”, sabe? Humilha, sabe? Humilha mais do que tu pegar e se deitar na cama com um cara para poder te dar dinheiro. Eu achava isso. Daí eu comecei a fazer.

Um dia desses, sai e comecei a arranjar uns fregueses velhos. Saia só com velhos. Daí fui. Aí chegavam ali em mim. Eu saia só com uns “mais” fregueses. Depois inventei de sair com um pouco mais novo, foi onde ele me estuprou. Botou uma arma na minha cabeça. Ele tinha uns 30, 40 anos, por aí. Pois é, parei, não continuei. Depois que eu

**engravidai, eu parei, sim”.**

Fonte: entrevistas realizadas pela pesquisadora entre setembro de 2014 e abril de 2015.

Nesta primeira história apresentada, pode-se perceber que o abuso intrafamiliar vivido por Alice ainda na infância gerou o processo que a levou a busca por morar nas ruas e a prostituir-se como forma de sobrevivência. As ameaças sofridas por Alice em relação a mãe a fizeram ainda a criança sair de casa e buscar abrigo no espaço público. Para entender-se a violência familiar, Pedersen e Grossi, destacam que,

Essa não é uma questão recente; ela atravessa os tempos e se constitui em uma relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e classe social. Em outras palavras, a violência intrafamiliar é uma expressão extrema da distribuição desigual de poder entre homens e mulheres [...] Ela representa todo o ato ou omissão praticado por pais, parente ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes (2011, p. 26).

Ainda mais ameaçador que ser abusada, entende-se que Alice tinha medo de que a mãe sofresse agressões, o que configura claramente violência psicológica, que é uma forma de prática da violência intrafamiliar que estava sendo causada pelo padrasto da então criança. Embora não seja objetivo desta pesquisa a discussão em relação a infância e adolescência, cabe aqui conceituações básicas para o entendimento da temática. Portanto por abuso sexual ou exploração sexual entende-se:

[...] envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que não têm condições de compreender plenamente e para as quais soam incapazes de dar o consentimento informado ou que violam as regras sociais e os papéis familiares. Incluem a pedofilia, os abusos sexuais violentos e o incesto, sendo que os estudos sobre a frequência sexual violenta são mais raros do que os que envolvem violência física. O abuso pode ser dividido em familiar e não familiar. Aproximadamente 80% são praticados por membros da família ou por pessoa conhecida confiável, sendo que cinco tipos de relação incestuosa são conhecidas: pai-filha, irmão-irmã, mãe-filho, pai-filho e mãe-filha (GUERRA, 1998, p.32).

A história de Alice, 30, reafirma a estrutura machista da sociedade e da própria violência de gênero. Por ela ser ainda uma criança não podendo defender-se com sua força física, além de estar sofrendo abuso psicológico,

acaba por se colocar em maior risco em prol de um ente querido envolvendo-se assim no processo de realização. De certa forma ao ir morar na rua, Alice escamoteia da mãe os ocorridos dentro de sua casa.

O sentimento de alívio relatado pela entrevistada quando da morte do padrasto revela traços de medo e angústia. Ainda assim não apaga o que ocorreu mais tarde quando para sobreviver a prostituição entrou em sua história. O Brasil lidera um ranking nada agradável, é o país número um em Exploração Sexual infanto-juvenil, segundo relatório produzido pela ONU em 2001. Ainda assim não há em nenhuma instituição privada, ONG ou mesmo o governo dados precisos sobre tal afirmação. Ou seja, não sabe-se quantos meninos e meninas fazem parte da prostituição no país.

A extinta organização do terceiro setor Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) revelou em 2001 que a cada hora sete crianças sofreram algum tipo de abuso sexual no Brasil. Neste mesmo ano o Disque Denúncia da Secretaria Especial dos Direitos Humanos recebeu um pouco menos de quatro mil chamadas denunciando abuso e maus tratos a crianças e adolescentes em um período de cinco meses. Neste ranking o Rio Grande do Sul aparece em primeiro lugar em denúncias de crimes contra menores.

No primeiro trimestre de 2015 foram registradas pelo Disque denúncia 4.480 ligações relatando maus tratos e abuso sexual de crianças e adolescente no país. Um pequeno aumento considerando o intervalo de quatorze anos entre um levantamento e outro. Embora possa-se perceber que não houve queda, o que alerta para os rumos das políticas para crianças e adolescente no país.

Para contextualização, no ano 2000 a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) instituiu o Plano Nacional de enfrentamento da Violência Sexual infanto-juvenil bem como o Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual. Percebe-se o esforço na criação de formas de prevenção, no entanto, número que se parecem em levantamentos em intervalos longos de tempo, revelam que se faz necessário maior atenção a esta causa.

Outro traço a ser ressaltado na fala de Alice, 30, é a da já referida no item anterior humilhação social e a reificação, pois foi por sentir-se com

vergonha de seu modo de vida na rua, que Alice entendeu como melhor saída trabalhar através da prostituição, ainda adolescente.

A ubiquidade do dinheiro. [...] As relações sociais estão despersonalizadas, restando a solidariedade para o âmbito privado da família. Toda e qualquer aquisição – material e simbólica – foi transformada em moeda: “se você não tiver o dinheiro acabou o mundo” [...] A reificação afeta o regime da aparência: a aparência deixa de valer como meio de projeção pessoal e torna-se a coisa com a qual a pessoa é confundida e com que ela própria tende a se confundir. Há aparências bloqueadas, em que se amarrou violentamente o poder de sua aparição. Aparências retidas num ponto em que só dificilmente cumprem sua aparição: retidas num ponto em que, como coisas, dificilmente podem realizar sua aparição metafísica, dificilmente podem transcender as formas abstratas em que foram politicamente congeladas. A reificação age como um bloqueador de aparências, interrompe nos objetos, nos bichos, nos homens o seu poder de aparição. (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 20; 48-49).

Entende-se, portanto, a reificação ou coisificação do homem na fala da entrevistada. Essa redução do sujeito a condição de objeto que não possui características pessoais, mas sim valor de mercado. No capitalismo passa-se a ver o ser humano como um número buscando apenas sua capacidade de produção. “O fenômeno da reificação danifica a compreensão sobre o caráter humano do trabalho do trabalhador e da consciência social que deles possuímos: atravessa nossa percepção, norteia nosso pensamento e orienta nossas ações” (COSTA, 2014, sn). Portanto, para Alice, vender seu corpo foi a saída para não sobreviver pedindo ajuda.

Assim como o sistema capitalista se produz e reproduz economicamente a uma escala cada vez mais alargada, também, no decurso da evolução do capitalismo, a estrutura da reificação penetra cada vez mais profundamente, fatalmente, constitutivamente, na consciência dos homens (LUKÁCS, 1989, p.108).

Reificar-se ou objetificar-se, portanto explica a maneira encontrada pela entrevistada de relacionar-se com outras pessoas de forma a receber dinheiro em troca. Muito provavelmente resolução tomada inconscientemente já que tratava-se de uma adolescente de apenas 13 anos. Além do mais cabe ressaltar que Alice, 30, não sabe ler nem escrever, apenas escreve seu primeiro nome, pois nunca frequentou a escola. Com o tempo seu corpo deixou

de ser seu trabalho e Alice buscou outras formas de sustentar-se na rua, conforme seu relato<sup>22</sup>.

#### Quadro 2: História de vida 2 - Alice, 28 anos

##### **HISTÓRIA DE VIDA 2 – Alice, 28 anos.**

“Antes de morar aqui eu morava na rua mesmo, dormia assim na rua. Eu sai de casa com quatorze anos, na verdade, eu sai de casa porque... foi assim: eu peguei o cigarro da minha mãe escondido, para fumar no banheiro daí a minha mãe sentiu o cheiro da fumaça e descobriu. Ela disse “de hoje em diante tu vai sustentar teu vício”. A partir desse dia eu sai de casa fui morar na rua, sustentar meu vício. Eu morava com a minha mãe e com o meu pai, a minha mãe era bem ruim para mim, ela me batia, o pai não. Eu sou lá de Rosário. Vim para Porto Alegre de carona, e foi horrível!

Tive caronas ruins e caronas boas, aconteceu coisa ruim, homem ruim, davam carona e faziam coisas ruins. Abusavam. Eu tive que fugir senão eu estava morta, de certo aquilo ali foi uma lição para mim, as pessoas têm que passar por umas lições. Algumas pessoas me ajudavam, davam carona, davam dinheiro para sobreviver até a outra carona. Levei quase um mês para chegar aqui, eu não me dava muito bem com a minha mãe, ela era minha mãe de criação e o meu pai já morreu.

Quando eu cheguei em Porto Alegre eu fui conhecendo as pessoas de rua e dependendo do modo que a gente trata eles, eles tratam a gente, dependendo do teu comportamento, eles te respeitam, mas tem amizade que tu pensa que é amizade e não é, mas também tem muito amigo de verdade, eu tenho muitos amigos. Por ser mulher, assédio tem um monte, mas a gente sabendo... como e que eu vou te

---

<sup>22</sup> Conforme supracitado, no próximo item apresentar-se-á o resumo da história de cada uma das mulheres.

**explicar? se deixar eles tomam conta. Agora, se tu não der bola, como e que eu vou te explicar... tipo se impor respeito aí eles me respeitam, se eu mostrar muito os dentes eles fazem o que querem. Eu estou na rua, mas agora eu tenho um companheiro e antes eu ficava sozinha, quando eu era mais novinha eu ficava sozinha, eu cheirava loló e tinha um monte de gente sempre ao redor. Já usei de tudo, eu já usei muita coisa...ih! usei de tudo e hoje em dia eu já não uso mais, arrumei uma pessoa que está conseguindo me afastar disso.**

Fonte: entrevistas realizadas pela pesquisadora entre setembro de 2014 e abril de 2015.

Não muito distante da realidade da primeira história, Alice, 28 anos, também sofreu agressões ainda adolescente, mas os relatos de abuso sexual se deram já fora da casa dos pais. Depois de uma longa trajetória na rua, Alice encontrou em um relacionamento a possibilidade de uma vida sem o uso de drogas e exploração de seu corpo.

Nesse sentido entende-se destacar o fator abuso de álcool e drogas por pessoas em situação de rua, já que trata-se de um assunto comum a praticamente todas as entrevistas, se não como usuárias, como companheiras ou amigas de usuários. Na rua o acesso a drogas como a maconha, crack e loló se dá de forma fácil, segundo relatos das entrevistadas. Sintéticos como a cocaína, por exemplo, são mais utilizados pelos homens, para que fiquem em estado de alerta, principalmente em casos em que se encontram sozinhos na rua.

A Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (MDS,2008), embora não faça o recorte de gênero, aponta que 35,5% das pessoas que estão em processo de rualização saíram de casa por conta da utilização de álcool e drogas. São também as drogas que determinam que 21,4% desse contingente não pernoite nos albergues, já que não é permitido o consumo de substancias psicoativas, portanto eles preferem permanecer na rua.

O convívio com as drogas perpassa as histórias das mulheres entrevistadas. Algumas como usuárias, outras pelo fácil acesso, conforme alguns relatos a seguir,

“Tem uns que usam droga, mas tu não és obrigado a usar, usa se quiser. Eu não fumo nem cigarro. Até, às vezes, eu vou nos lugares e as pessoas dizem: ‘bah, mas eu não sei como tu consegues, tu tens um monte de amigos e a maioria usa e tu não usa’. Daí eu digo, mas cada um vai pela sua cabeça” (Alice, 19 anos)

“Tu aprendes quem é marginal, tu aprendes quem é drogado” (Alice, 41 anos)

“[...] agora, graças a Deus não uso mais. Faz dois anos. Quase morri por causa das drogas. Porque estava fumando pedra e acabei quase morrendo. Porque também tive uma overdose, engoli a língua, não vi mais nada. Estava morrendo já. Daí o finado [nome do amigo que a socorreu] um amigo meu e Deus me trouxeram de volta. Não era a minha hora ali” (Alice, 30 anos).

“[...] nunca usei drogas. Sai de dentro da minha casa porque meu marido usava e minha guria via. Já pensou? Eu apanhava porque ele se transtornava. Eu sai. Não quero saber de droga. Mas minha guria usa, ela usa as vezes eu sei. Eu vejo no olho dela” (Alice, 62 anos).

“ Hoje em dia o olhar das pessoas... a primeira coisa que eles olham para a gente e só sabem falar ‘craqueiro’, nem uso mais nada. Isso aí magoa a gente” (Alice, 28 anos).

Durante as entrevistas uma gestante, que aceitou participar da entrevista, não pode ser entrevistada pois estava utilizando loló. Questionou-se em relação ao feto e o que isso implicaria no decorrer da gravidez. Alice, 41 anos, neste momento contou que enquanto estava gestante era usuária de drogas e por esse motivo acredita que um de seus filhos hoje precise usar óculos “Eu acho... eu acho que é, afetou um pouco por causa das drogas. Ele tem um pouco de dificuldade de ver de longe, enxergar as letras, entendeu?”. Para ela a gestante em questão já havia tido um aborto espontâneo, e não percebeu, ou nunca esteve grávida. Ela relata que são amigas de longa data na rua. Neste caso, Alice, 30 anos, que vive a mais tempo na rua cuida de mais duas mulheres, uma deficiente auditiva e a menina grávida. Entende-se importante o relato em relação a situação de gravidez, tendo em vista a argumentação dos fatos relacionados a drogas e ao atendimento médico dispensado a elas.

Está grávida nada! Como é que uma pessoa vai estar grávida e vai no hospital e o médico vê que a pessoa e não dá uma carteirinha do pré-natal? E se a pessoa está sangrando e o médico diz ‘ai... isso aí é... aborto espontâneo’ e não manda nem pro hospital? [...] É isso aí que aconteceu com ela. Eu sei por mim! Tenho quatro filhos! Tive 5 gravidezes, eu perdi um. [...] Ela disse que estava sangrando e o médico falou que é aborto espontâneo e deixou ela na rua sem

mandar ela pro hospital? Não pode! Claro que não pode. O médico não ia fazer isso! O médico não é louco! [...] Eu perdi o nenê! Sei como é. Eu fui para o hospital porque me deu as hemorragias. Eu quase morri. [...] Eu puxava carrinho, usava droga, brigava. [...] Só ela que está quase perdendo a criança e está aí, numa boa, cheirando loló [...] eu não estudei, mas sei... eu sei, eu sei porque sou mulher. Por isso que eu sei, porque é vivendo e aprendendo, né, dona. Não estudei, mas essas partes eu entendo muito bem. Bah! Já passei por tudo nessa vida. (Alice, 30).

A vivência de anos na rua, fez com que Alice, além de cuidar de outras mulheres, entenda-se quanto cuidadora. O que a permite, e também ao grupo, organizar-se em relação a atendimentos médicos para as companheiras. Em relação ao uso de drogas associado a gravidez, um repasse importante do Ministério da Justiça ao estado do Rio de Janeiro, criará um albergue para as grávidas usuárias de drogas que moram na rua. O principal alvo da ação são as cracolândias. O espaço oferecerá vinte vagas e é uma ação em decorrência do aumento de bebês que nascem na capital carioca e são enviados aos abrigos municipais<sup>23</sup>.

As ações voltadas a população usuária de drogas desencadearam o surgimento do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instaurado em 20 de maio de 2010, pela Presidência da República através do Decreto nº 7.179. Para que fosse possível realizar o levantamento uma pesquisa foi encomendada. A pesquisa “Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil” traz entre outros resultados, uma expressiva proporção de usuários em situação de rua. Segundo o levantamento 40% das pessoas que moram na rua já usaram ou são usuárias. No caso do crack ressalta-se que nem todos que foram abordados na rua, podem ser considerados realizados, já que muitos estão na rua para o consumo de drogas.

O abuso dos corpos das mulheres entrevistadas se dá não somente pelo violência sexual como pode-se observar, mas também através do uso de drogas quanto constante no cotidiano. Ao trabalhar-se diretamente com o sujeito, entender-se uma necessidade de descortinar temas que agridem ainda mais a rotina de se estar em processo de realização. No entanto, o tema do abuso de álcool e drogas aparece no cenário quanto coadjuvante das histórias

---

<sup>23</sup> “Abrigo para grávidas vai receber mulheres que vivem nas ruas e são usuárias de drogas”. Disponível em: <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/noticias-e-eventos/Paginas/aabrigo-para-gravidas-vai-receber-mulheres-que-vivem-nas-ruas-e-sao-usuarias-de-drogas-.aspx> Acesso em: 27 de junho de 2015.

escutadas pela pesquisadora. Não menos importante, e sem criar graus de relevância por categorias, entende-se necessário o aprofundamento no tema com recorte de gênero. Em relação a exploração sexual, sabe-se que, vivendo em uma sociedade de seio machista, ser mulher em qualquer ambiente torna-se motivo para um estado de alerta constante. A rua oferece violência, mas também oferece abrigo, quando as grades de casa parecem prisões quando se está sofrendo algum tipo de abuso, de acordo com os relatos apresentados.

No subitem final deste estudo apresentar-se-á a seguir quem são as Alices que participaram da pesquisa, como vivem e quais suas perspectivas de futuro. Percorreu-se até aqui histórias de mulheres que, pelos mais diversos motivos, hoje moram na rua e dela sobrevivem. Pode-se acompanhar os percalços dos caminhos de cada uma delas no cenário em que se encontram, de vulnerabilidade, violência, machismo, mas também de muita força. Apresenta-se, dessa forma, as Alices e suas histórias de vida.

### **3.3 Alices e suas histórias: o eu mulher, elas mulheres e o futuro**

Como supracitado, já se conheceu um pouco do cenário em que vivem as mulheres participantes da pesquisa. Portanto, neste momento, vamos conhecer cada história individualmente e o que elas aguardam do futuro. A questão principal aqui é o entendimento que as entrevistadas têm de suas vidas e anseios quanto mulheres. Destarte ir às histórias faz-se importante, é necessário ressaltar que a ordem das histórias diz respeito a idade, em relação crescente, e não a ordem em que foram entrevistadas, já que houve mais de um encontro.

#### Quadro 3 A história de Alice I

**Alice, 19 anos: jovem mãe, estudante, moradora de uma praça central**

**Ainda criança Alice e seus irmãos foram levados para uma casa abrigo, devido ao uso abusivo de álcool e drogas dos pais. Até os 14 anos, a menina morou na instituição e frequentava a escola regularmente. Embora não tenha concluído o ensino fundamental. “Eu me dava bem com as monitorias, é bem legal ali, porque a gente pode**

ajudar a cuidar das crianças pequenas”. Com esta idade Alice relata que decidiu ir morar na rua, pois a rotina da instituição não a permitia fazer outras coisas, das quais os amigos que haviam saído lhe falavam. Assim, a menina decidiu fugir do abrigo. “Eu fugi do abrigo e completei a maioridade na rua, às vezes tinha muito horário para tudo, a gente quase não saía para a rua, eu só estudava, trabalhava e fazia curso, não tinha tempo nenhum para ir para a rua e não tinha mais nada para fazer. Dai eu acabei ficando [na rua], mas o meu curso eu terminei, eu fiz curso de manicure e curso de padaria”.

Alice relata que nunca sofreu violência física de nenhuma parte, e estando com os companheiros a vida na rua se tornou menos brutal em relação ao medo inicial, quando ainda estava sozinha “No começo eu tinha muito medo, me acordava toda hora de noite e ficava um tempo acordada sem conseguir dormir e tu estranha o jeito das pessoas, estranha tudo, o silêncio do local, porque a gente sabe que tem gente que pode te fazer uma maldade, fica escutando qualquer barulhinho do local toma um susto, acorda, mas depois de um tempo eu acabei acostumando e eu sempre fiquei junto com os guris”.

Alice retomou os estudos após ganhar sua primeira filha “agora a gente estuda aqui na escola do gasômetro, aqui em porto alegre, que já é escola para morador de rua. Quando eu comecei a estudar ali eu ainda estava no abrigo, fiquei, fui ficando, e já comecei a me juntar com os meus amigos”

Na época da entrevista, Alice estava morando com um companheiro e a filha deles de 5 meses, ambos estudam e estavam indo morar em um abrigo para famílias.

Fonte: Diários de Campo da pesquisadora.

#### Quadro 4 A história de Alice II

**Alice, 28 anos: desenhista, ex usuária de drogas, possui uma biblioteca em casa**

**Aos 14 anos Alice saiu da casa dos pais, no interior, do estado e**

veio buscar em Porto Alegre seu futuro. Fugiu, pois, segundo ela, sofria maus tratos da mãe. Ao percorrer o longo caminho entre sua cidade natal e a capital, pedindo carona, sofreu abusos sexuais, violência física e psicológica. Já em Porto Alegre, começou a usar drogas enquanto adolescente. Foi abusada sexualmente em diversas ocasiões.

Alice teve dois filhos, ambos moram com a avó, pois para ela a segurança e o conforto de ambos é essencial. O filho mais jovem desenha, tanto quanto a mãe, “meu filho desenha, tu sabes. A noite eu saio para fazer o que eu gosto, os meus desenhos. De dia eu ajudo meu companheiro. É legal fazer os desenhos a noite, a gente conhece muita gente boa e muita gente ruim. Ah! Tem gente muito ruim” Alice tem um companheiro a alguns anos. Eles construíram uma casa em uma rua sem saída e lá montaram uma biblioteca com os livros que encontram no lixo. “Aqui tem de tudo, tem matemática, história, foto, tudo, tudo. Tu gostas de ler? Quando vieres me visitar de novo te dou um livro” Trabalham com reciclagem e ela faz caricaturas de pessoas na rua em troca de colaboração espontânea. Alice não concluiu o ensino fundamental e diz que tem uma vida maravilhosa ao lado do companheiro, porque foi ele que a tirou das drogas, segundo ela.

Fonte: Diários de Campo da pesquisadora.

#### Quadro 5 A história de Alice III

##### **Alice, 30 anos: A jovem mãe de todos, moradora de uma movimentada praça**

Aos 8 anos, Alice saiu de casa por sofrer abusos sexuais do padrasto e por medo de represália. Era constantemente ameaçada por ele, pois se a menina contasse para a mãe o que acontecia enquanto a mesma não estava presente, ele ameaçava bater nas duas. Hoje, aos 30 anos, Alice mal sabe escrever seu primeiro nome. Nunca frequentou a escola. Logo que fugiu de casa foi morar com a avó, mas em pouco tempo, buscou a rua como meio de sobrevivência. Aos 13 anos Alice passou a prostituir-se, segundo ela amigas mais velhas que já viviam da prostituição a convidaram e ela aceitou. Nesta época, deu-se sua

aproximação com as drogas. Enquanto trabalhava com a prostituição Alice foi estuprada e ameaçada de morte. “Um dia desses, sai e comecei a arranjar uns fregueses velhos. Saia só com velhos. Daí fui. Aí chegavam ali em mim. Eu saia só com uns mais fregueses. Depois inventei de sair com um pouco mais novo, foi onde ele me estuprou. Colocou uma arma na minha cabeça e me estuprou”.

Durante sua trajetória Alice teve quatro filhos, chegou a ganhar uma casa durante uma das gestações, mas em função de brigas com o companheiro foi novamente para a rua. “Ganhei uma casa de dois andares. Quando tiraram o [filho] de mim, já estava grávida do [filho II]. Daí, quando estava com um baita barrigão dele, eu estava meio triste, porque tiraram meus filhos. Eu e o [ex companheiro] começamos a brigar, ele não queria se mandar, mandei ele sair da minha casa, ele não saiu. E eu peguei e sai eu. Eu sou louca, sou bem louca. Eu saí. Não quer sair tu, sai eu. Sai e fui para a rua com um baita barrigão. Ele vendeu a minha casa. Ele, o pai dele e as irmã dele venderam minha casa, não me deram nada nem me procuraram para saber como é que eu estava. Eu e o filho dele na barriga”. Os filhos de Alices estão todos em um abrigo disponíveis para adoção, ela relata cada caso com muita emoção. Cada vez que perdeu a guarda de um dos filhos. Por conta de seu envolvimento com a justiça, do qual a entrevistada solicitou suprimir o que relatou, os filhos foram enviados para a instituição de abrigagem. Para reaver a guarda dos filhos a mesma necessita ter uma casa e trabalho estável. Seu envolvimento com as drogas levou Alice a quase morte, por conta disso hoje faz mais de um ano que a mesma não utiliza nenhum tipo de álcool ou outras drogas, tem um companheiro e busca o resgate de seus filhos novamente.

Ela cuida de um grupo de pessoas, como se fosse a mãe de todos e se diz feliz por ter amigos na rua “É legal. É legal a gente ter amigo, sabe? Conhecer as pessoas assim. Eu acho bom. Esses aí já são filhotes. Ah, eu trato bem. Só se eles se abusarem e não respeitarem, eu já fico braba. Mas se me respeitarem, tudo numa boa. Esse guri, e os mais novo que tem aí eu conheci aqui, eu conheço a

**mãe deles e a mãe deles também é da rua. E eles eram piá, bem pequenininho. Agora já tão maiores que eu. Até tem uns que tem filho”. Alice auxilia um grupo de pessoas que moram junto dela na mesma praça, entre eles estão duas mulheres, uma deficiente auditiva e uma moça que aparente ter vinte e poucos anos. Ela é visivelmente a mãe do grupo, no sentido de tratar maternamente as pessoas com quem convive, as auxiliando a ir ao médico, em busca de alimentação e outras necessidades.**

Fonte: Diários de Campo da pesquisadora.

#### Quadro 6 A história de Alice IV

##### **Alice, 41 anos: vaidades nas unhas pintadas e no cuidado como corpo, a perda da mãe a fez ir para a rua**

Faz 19 anos que Alice está com seu companheiro. Antes de buscar a rua como forma de sobrevivência, morava com a mãe na Vila Chocolatão. “Não tenho família. Vim para a rua depois que a minha mãe faleceu. Eu sou do antigo Chocolatão. Eu sou uma das moradoras que não ganhou casa no Chocolatão. Aí a minha mãe faleceu e eu vim ser moradora de rua, já faz 12 anos”.

Com o falecimento de sua mãe, seu irmão mais velho vendeu a terceiros a casa em que Alice morava, a forçando a ir morar na rua. Entre uma atividade e outra, Alice busca empregos informais para sobreviver. “Achamos um pão e um restinho de maionese, e o pão estava duro. Que nunca falte, minha mãe não me criou passando fome, mas eu aprendi. Éramos muito agarradas uma a outra, ela era deficiente de uma mão e eu que cuidava dela. Ela cuidava de mim. Eu que fazia o café da manhã, a janta. Nós sempre estávamos juntas. E depois que eu perdi ela ... eu ainda não aprendi a viver sem ela. É muito difícil”. O companheiro e ela reciclam e vivem da ajuda da comunidade. Alice não tem filhos, pois seu útero não permite. Durante a entrevista agradece a Deus várias vezes por essa condição de saúde, pois refere que morar na rua e crianças não combinam.

Demonstra extrema sensibilidade em relação às crianças e aos idosos que habitam as ruas como moradia “o que mais me toca a alma são as pessoas idosas. Mulher que tem filho, netos, bisnetos... eu acho isso horrível. Não suporto ver gente com crianças. Agora por onde a gente anda a gente não vê mais criança na rua com mãe e pai”. Enquanto criança estudou até a 5ª série do fundamental. Por saber ler e escrever, ainda que com dificuldade, acredita que pode defender-se melhor dos abusos aos quais ela e o companheiro foram expostos pela intuição policial.

Alice é uma mulher vaidosa e diz que frequenta albergues e serviços destinados a população de rua, porque gosta de se cuidar “agora já está horrível (refere as unhas pintadas). Faço lá no serviço, mas fiquei quatro dias na rua e estou virada em uma mendiga já. Lá no albergue dá para tomar banho, se maquiar e na rua não tem como. Para tomar um banho tem que ir lá no Harmonia, tomar um banho ligeirinho”.

Fonte: Diários de Campo da pesquisadora.

#### Quadro 7 A história de Alice V

##### **Alice, 62 anos: a senhora aposentada do sorriso constante**

Após muitas brigas e abusos físicos do marido, Alice e a única filha passaram a habitar a rua como forma de sobrevivência. Ambas vivem com a aposentadoria de um salário mínimo que Alice recebe e também com a reciclagem. A mesma trabalhava como empregada doméstica e pôde aposentar-se por invalidez, por ter desenvolvido doenças que a impossibilitaram de continuar exercendo atividades “já faz tempo que eu recebo, mas é pouquinho, é bem pouco. Não dá para sair da rua com isso”. Alice estudou até o 4º ano do ensino fundamental e em seguida houve a necessidade de ajudar os pais trabalhando com faxinas. Aos 29 anos, teve sua única filha “já pensou se eu tivesse outros. Não, não ia dar certo isso, né, minha filha?”. Quando a menina tinha doze anos buscou a rua como refúgio dos maus tratos que sofria dentro de casa. “Ele bebia e fumava e bebia mais. Não posso sentir cheiro da cachaça. Eu apanhei. Apanhei como um

cachorro. Olha ali meu cachorro amarrado, nunca dei nele. Ele é feliz”. Hoje ambas vivem entre marquises e uma praça próxima, todos os seus pertences estão em um carrinho de supermercado que carrega também, um filhote de cachorro. A filha de Alice frequentou a escola até os quatorze anos, mas desistiu. Nem sempre estão juntas, pois a jovem mulher se ausenta com frequência. Alice relata que não frequenta os postos de saúde regularmente, porque não tem com quem deixar seus pertences e seu cachorro e ao deixá-los na rua provavelmente seriam roubados “como eu vou ir no médico? Vão pegar tudo. E tem meu cachorro. Às vezes eu vou lá na perícia só. Eu vou, eles me mandam ir no médico”. Alice inicia e termina a entrevista com um grande sorriso. Diz estar melhor agora do que quando tinha casa, mas envelhecer dói “na rua, filha, chove, faz frio e a gente aguenta, mas tem dias que dói os pés gelados, dói até o bafo quente. Ficar velho dói. Ali tem uma praça que a gente dorme, às vezes deitar embaixo da árvore me estrala as costas, daí é ruim. Ninguém quer ficar velho (risos)”.

Fonte: Diários de Campo da pesquisadora.

Todas as histórias possuem traços de vulnerabilidade e violência, mas todas são mulheres fortes que entendem suas condições de vida como a maneira possível de sobrevivência. Seja fugindo de maus tratos, ou por situação econômica. Perpassa por todas as histórias alguma perda, nenhuma dessas mulheres foi viver não rua sem que houvesse alguma perda familiar. Esse fator se descortina na medida em que as entrevistas estavam sendo realizadas. No instrumento utilizado com tópicos guia, utilizou-se uma linguagem solta, em outras palavras, possibilitou-se que a mulher que estivesse sendo entrevistada falasse livremente sobre o tema proposto. Alguns desses resultados serão expostos a seguir.

Ao fim das entrevistas pediu-se que cada mulher completasse a frase “eu vejo o futuro...” como forma de estimular seus pensamentos em relação a problematização de se encontrar o processo de realização. Sem dúvida, as respostas foram uma surpresa, assim como praticamente todas remeteram ao processo inverso, ou seja, sair da rua.

## Quadro 8 Eu vejo o futuro como...

---

**Eu vejo o futuro como...**

---

**Alice, 19 anos** Eu vejo o futuro como, cada um fazendo o seu futuro. Se tu queres melhorar, tu continuas indo em frente, mas se tu queres continuar do mesmo jeito que tu estás tu continuas assim, parado, sem fazer nada sem correr nada. Sabe, o futuro para mim e tu estar trabalhando. Se tu tens uma criança, um filho, tu tens que trabalhar para ter um dinheiro para poder alimentar a criança ou para tu mesmo poder se alimentar. Então é difícil, tens que trabalhar, tem que ter alguma coisa. Não pode estar parado assim na rua. Eu agora estou com a neném, eu quero esperar ela crescer um pouco e vou botar ela na creche, daí eu quero trabalhar. Eu vou trabalhar e ele também, aí vai indo. Estamos indo para o abrigo, sair da rua é um passo.

**Alice, 28 anos** Eu vejo o meu futuro com muita saúde e sempre com ele do meu lado. Faz quatro anos que estamos juntos, ele dormia na rua também, a gente foi se conhecendo e ficamos juntos. Antes eu dormia em qualquer canto, depois, do momento em que eu conheci ele, ele fez de tudo para a gente ficar melhor e para eu não dormir mais no chão. Quero continuar a fazer os meus desenhos e ele as obras dele. Eu me sinto orgulhosa como mulher na rua, porque eu já passei por muita coisa que muito homem não passa, eu tenho muita coisa para contar que muita gente não passou e nem sabe o que é. Não podem contar aventuras como eu. Sou orgulhosa por ser forte e sobreviver a todas. A minha vida hoje é maravilhosa, eu encontrei uma pessoa especial que não é só amor, está comigo nas horas ruins também.

**Alice, 30 anos** Meu futuro? Ah! Eu vejo meu futuro bem. Agora eu estou melhor. Eu quero continuar melhorando. Quero ir mais para frente. Eu vou conseguir. A única coisa que eu quero para meu futuro agora é ter meus filhos comigo e minha casa. É isso que eu quero. E arrumar meus documentos para poder trabalhar. Já estou correndo com os documentos. Agora eu trabalho vendendo balas de goma, mas quando chegarem meus documentos eu vou trabalhar de carteira assinada, se Deus quiser, em qualquer lugar. De faxineira ou em qualquer lugar. Minha ideia agora é isso. Ah, eu vejo os meus filhos bem. Eu quero trazer os meus filhos comigo, eu quero eles bem. Eu quero que eles estudem. Eles estão estudando quando eles vierem comigo, eles vão continuar estudando. Eu não vou fazer mais nada para perde-los. Quero mais é pegar os meus filhos de volta, ter eles comigo na minha casa.

---

---

**Alice, 41 anos** Meu futuro pessoal, meus planos... estou trabalhando, faço planos de pegar esse dinheirinho, vou levar ele para trabalhar comigo – meu marido – a gente alugar uma peça e sair. Nós já estamos cansados de sermos humilhados na rua. Isso não é vida, nem um bicho merece a história que a gente vive. Espero ter minha casa, só isso, ter minha casa. Um barraco de madeira, caindo aos pedaços, sem assoalho, sem nada, sem cama... só uma casinha, para pôr um colchãozinho. Cozinhar numa espiriteira, no álcool para mim já é tudo na vida. Às vezes eu falo para ele que tem gente que acha dinheiros e dinheiros na rua e devolvem, mas seu eu acho compro uma casa na hora para mim, eu não devolvo esse dinheiro. Deus o livre. Eu comprava uma casa na hora. A gente não acha nem 1 real para comprar um pão.

Ter uma casa e um trabalho para mim é tudo, pelo menos tu tens um lar que tu sai e entra. Não precisa ficar se cuidando de ser abordada, de ser humilhada, muitas coisas. E na rua tu não tem sucesso, tem que estar aqui e ali. “ó vem vindo a brigada, vamos sair daqui”, eu digo que a gente não deve sair, eles tem que vir até a gente, se não devemos nada, não precisa estar fugindo como o diabo da cruz.

---

**Alice, 62 anos** Meu futuro, meu futuro é difícil de dizer. Daqui eu vou para as casinhas (refere-se ao cemitério). Não quero dar trabalho para ninguém, minha filha me cuida, mas logo sei que não vou estar mais aqui. Queria ir morar em uma casa, mas com esse dinheiro não dá nem para comer, às vezes. Faz tantos anos que eu não sei o que é ter uma casa. A minha guria disse que ia conseguir um canto, mas não conseguimos. É difícil. Mas olha, eu cuido aqui das minhas coisas e tudo. É como se fosse uma casa, só que é na rua. É meu carrinho. Meu futuro é puxar meu carrinho até que Deus queira me levar ou se a minha filha casar eu vou morar com ela, mas acho que ela não quer, porque o namorado dela também está na rua. Eu queria que ela fosse morar em uma casa. Isso eu queria.

---

Fonte: Entrevistas realizadas entre setembro de 2014 e abril de 2015.

As perspectivas de cada mulher entrevistada ficam claras e condizentes com suas trajetórias. Pois apresentam-se aqui uma jovem recém iniciando sua vida e uma idosa que vive a muitos anos na rua. A casa e o trabalho perpassam as narrativas de praticamente todas as entrevistadas. Buscou-se nessa fase não suprimir nenhuma parte das falas, tendo a atenção para o processo de análise.

O trabalho tem aqui papel central, bem como em toda sociedade, assim como nos ensinou Marx que em suas obras traz o trabalho como a centralidade de expressão da vida humana e sua relação com a natureza. “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1985, p. 149). Embora, para Marx, o trabalho não se manifeste apenas através da transformação da natureza, antes representa a transformação do próprio homem, quanto ser idealizador.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente (MARX, 1985, p. 149-150).

Por diversas vezes durante este estudo, pode-se observar a categoria trabalho, como por exemplo, quando Alice, 30 anos, refere que encontrou na prostituição maneira de ganhar dinheiro, ao invés de pedir por ajuda, pois, para ela é mais digno. A maioria das entrevistadas busca o trabalho como forma de sair da rua, mas também na rua trabalha. Seja com reciclagem, cooperativas ou freelancers em trabalhos terceirizados. O número de vezes em que se refere o trabalho como ponto central para a mudança de vida é bastante grande. Mesmo quando não há perspectivas de realizar alguma atividade “não posso mais trabalhar, minhas pernas estão tortas, minha mão entortou, queria poder fazer alguma coisa útil. Eu fazia, faxinava, mas não dá mais. Não posso mais” Alice, 62 anos. Nesse sentido, cabe ressaltar que para ela o trabalho dignifica-a mesmo que na situação adversa em que se encontrava em relação a saúde.

Cabe aqui pensar-se no envelhecimento na rua. A amostra do estudo buscou pelo menos uma mulher em situação de rua idosa. Isso não levou em consideração o tempo de permanência na situação de rua, mas sim sua idade. Ou seja, não necessariamente esta mulher teria envelhecido na rua. No entanto a entrevistada envelheceu na rua, o que deu aportes para se pensar o envelhecimento no recorte de gênero e rua. No entanto,

[...] pensar gênero e envelhecimento exigiria considerar articulações específicas de diferentes vetores sociais de produção de subjetividades e definição de identidades, operando simultaneamente sobre homens e mulheres contextualizados social e historicamente. [...] em contrapartida, tomar o envelhecimento como o resultado natural do ciclo da vida, que lentamente vai esmaecendo os contornos de uma trajetória de vida delineada em etapas anteriores, é desconsiderar a dimensão social do processo de envelhecimento, inclusive enquanto determinante do modo como esta etapa é vivenciada pelo sujeito (VILLELA, OLIVEIRA, 2012, p. 60-61).

Deve-se pensar a questão do idoso em situação de rua através de uma reflexão em relação à sociedade capitalista, a partir da reflexão e consciência da divisão econômica de classes. Beauvoir (1990, p. 265) alerta que “é a classe dominante que impõe às pessoas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela”. Esse processo de envelhecimento vivenciado na rua e da rua, por Alice, 62 traz em sua pele as marcas de décadas contemplando as estrelas. Aliás, um fato a ser destacado é que todas as outras participantes, com exceção da jovem que morou em um abrigo a maior parte da vida, trazem sinais de envelhecimento acentuados.

O entendimento sobre a velhice da mulher em situação de rua traz consigo a necessidade de ampliar o olhar sobre diversos matizes que direta ou indiretamente se relacionam e compõe as dinâmicas da vida urbana, das ocupações e funções do espaço e do tempo na sociedade que vivemos. Os estudos sobre a condição feminina na rua ainda são escassos, prevalecendo nas academias o recorte de classe social que classifica a pobreza absoluta e traça seu perfil a partir das variáveis: sexo, idade e cor. Torna-se necessário o implemento a esses estudos de outros olhares, capazes de trazer à reflexão especificidades demandadas também pelas categorias analíticas de gênero, geração, raça/etnia (ROSA, BRÊTAS, 2012, p. 195)

Por ter sofrido abusos do ex marido dentro de sua casa, Alice, 62 anos, não envolveu-se com outros homens durante sua vida, disse estar preocupada com a segurança da filha, “não vejo porque eu passaria tudo de novo. E se ele pegasse minha filha?”. Alice criou na rua um espaço possível de enfrentamento à violência, mesmo que esta esteja introjetada em sua história de vida, para criar e educar a filha. Seu espaço doméstico é representado por um carrinho bem organizado onde carrega roupas, panelas e seu cachorro. A busca por provisão sempre foi constante, mesmo após iniciar o recebimento do benefício “ah, eu não sei, esse dinheiro não chega, eu trabalhei enquanto pude. Aqui e ali. Fazia faxina, às vezes não dava porque eu não tinha endereço, né e tinha

que levar a guria junto. Mas me virei a vida toda”. A importância do trabalho permanece viva no cotidiano desta mulher, que entende a dignidade a partir da atividade que lhe proporcione renda.

Às vezes a gente pede comida, uma ajuda. Tem a moça da padaria que ajuda. Eu não posso trabalhar e minha filha vai e volta. Mas nem sempre com comida. Eu não passo fome, mas às vezes tem uma senhora ali do prédio que traz crochê aqui para mim. Eu faço e ela me paga. Só a aposentadoria não dá. Eu não vou para albergue, uma vez eu fui. Mas para mim caminhar já é difícil. Eu penso quando chega o inverno em ir, mas nunca vou. Sabe de uma coisa, enquanto eu trabalhava eu era alguém, agora sou alguém da rua e isso não me faz alguém mais. Nem os dentes eu tenho na boca. Isso é vida? (Alice, 62 anos).

Os horizontes das mulheres em situação de rua em relação ao trabalho e a projeção de se encontrar novamente em uma casa, no sentido concreto da palavra, são ampliados pelo processo de realização. Trabalhar indica a possibilidade emergente de poder ter a casa, de poder resgatar os filhos, de poder criá-los ou mesmo de poder passar mais alguns anos confortavelmente. O trabalho está intimamente atrelado ao valor de uma pessoa, quando se está na rua. Não somente neste estudo, mas também em outros projetos do qual a pesquisadora participou anteriormente, mostra o trabalho como espaço possível de mudança em um ambiente que possibilita apenas a sobrevivência. Entende-se com isso que a supervalorização da atividade laboral é, de fato, um produto da sociedade de classes, que indica suas possibilidades através do poder econômico.

Segundo a pesquisa “Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 2003 e 2008, o número de mulheres ocupando cargos sem carteira assinada era maior que o de homens, bem como o número que eles chamam de desocupações, ou seja, desempregadas, eram bem maiores entre as mulheres que entre os homens. Além do que a ocupação de dava em grande parte através de trabalhados domésticos. Bem como o rendimento médio mensal das mulheres demonstrou-se inferior ao rendimento médio mensal dos homens.

Entende-se, portanto, que o papel feminino no trabalho ainda está intimamente atrelado ao arcaico modelo patriarcal de sociedade. Em que a

mulher, mesmo com todas as suas conquistas políticas permanece recebendo menos, trabalhando mais horas e em trabalhos ditos femininos, como é o caso da empregada doméstica, por exemplo, dessa forma reforçando o papel segregador de gênero ao qual a mulher é exposta, estando ela em processo de realização ou não.

#### 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE REALIZAÇÃO ATRAVÉS DO RECORTE DE GÊNERO

**Lagarta Azul:** Quem é você?

**Alice:** Eu... já nem sei, minha senhora, nesse momento. Bem, eu sei quem eu *era* quando acordei esta manhã, mas acho que mudei tantas vezes desde então. Mas o que sei é que tudo isso parece muito estranho para mim (CARROLL, 1998, p.31).

A experiência de pesquisar as mulheres em situação de rua em Porto Alegre, desde o início mostrou-se ser um desafio. Buscar compreender e trazer ao grande público como vivem essas mulheres, de fato, gerou um processo de grandes discussões e reflexões. Como seria possível adentrar o espaço da casa delas se elas moram no espaço público. Buscou-se formas de abordagem que possibilitassem maior desprendimento das entrevistas. Afinal, imagine um pesquisador indo até onde você mora e pedindo para saber sua história de vida.

A rua é para essas mulheres um espaço de sobrevivência, em que suas vidas foram reformuladas, reconstituídas e reinventadas, cada uma a sua maneira. Uma experiência de transformação que abarcou violências em sentidos profundos, perdas, danos e por que não dizer, alegrias. Sim, porque não cabe aqui vitimizar tais mulheres por seu processo de vida. Antes, tem-se que destacar os aspectos também positivos dessas vivências na rua como os amigos, o encontro de um amor verdadeiro e a coragem para cuidar dos companheiros de rua.

Ser mulher na rua é reinventar-se, proteger-se da violência e levar um dia de cada vez na tentativa de não sucumbir ao sistema patriarcal da sociedade em que se vive em que a violência de gênero não possui barreiras. As entrevistadas apresentam marcas do sol em seus rostos, corpos magros, mas vitalidade e energia para seus afazeres diários e sua vaidade. Quando questionadas como é ser mulher na rua, ouviu-se:

Mulher na rua é ruim, é a pior coisa, é horrível. já refleti sobre isso porque a gente, mulher, gosta de maquiar, andar pintada, eu gosto de andar pintada, cheirosa e na rua não tem como isso. Tu vai lá e toma um banho e se andar demais produzidinha, pintadinha debaixo de um viaduto tu é traficante. Se tu vestir uma roupa mais ou menos tu és traficante, daí tu tens que andar sujo e encardido para eles verem que tu é um mendigo (Alice, 41 anos).

Também se questionou se elas achavam que havia diferença entre ser homem e ser mulher na rua. Seus discursos parecem um tanto controversos em relação a suas posturas, pois caso não houvesse essa diferença elas não usariam roupas masculinas, por exemplo, para evitar o assédio masculino. Mas nota-se, também, que esse discurso está muito atrelado ao grupo que as acompanha. Aos 19 anos, Alice entende que há diferença e explica que “tem diferença, parece que homem se respeita mais, porque homem tem mais força então é só discutir e dependendo da pessoa ele vão querer brigar. E mulher não. Tem mulher que não reage nem para se defender”. Já aos 41 anos, outra Alice, diz que não, não há diferença alguma, pois todos sofrem a mesma violência “a mesma violência, não muda nada. Eles sofrem a mesma coisa que a gente. Não interessa se é cadeirante, se usa muleta. É a mesma coisa, não muda nada. Só a gente que mora na rua e é humilhada a gente sabe que não muda nada. O tratamento é igual para todos não muda nada”.

Se o espaço da rua por si é um espaço violador de direitos, já que o acesso é precário às políticas públicas, o preocupante nesse estágio é perceber que essas mulheres nem mesmo sabem que essas políticas existem. Quando questionadas em relação ao seu conhecimento e acesso às políticas públicas voltadas tanto para a população em situação de rua quanto para as mulheres, as respostas foram chocantes. Uma visão assistencialista instaurou-se, “De políticas públicas eu sei que tem ali direitos humanos, defensor público, assistente social que dá benefício social de aluguel social, bolsa família essas coisas assim” Alice 19a, tendo em vista que duas das entrevistadas relataram que assistentes sociais e militantes as ajudam, mas não possuem entendimento do processo dessa ajuda. Como nos relatos “Ah, ela ensina a gente. Quando tem passeata, essas coisas, a gente vai, e ela está ajudando, para abrir o novo bandeijão de novo, muitas coisas boas ela está fazendo pela gente” quando questionada sobre as políticas Alice, 41a. responde:

O presidente e os prefeitos não fazem nada pela gente, falam da Dilma... as vezes no albergue eu fico olhando, com tanto dinheiro, tanta corrupção, tanto dinheiro, porque eles não compram um terreno, vejam prédio abandonados, casas abandonadas e coloca cada morador de rua dentro. Porque é só na hora do voto. Quando eles precisam é 'eu faço isso e aquilo' e cada dia acontecem coisas piores

com nós, os moradores de rua. Para eles eu acho que a gente nem existe. Para o presidente, deputados, para esse tipo de coisa, eu nem voto porque tenho pavor.

As demais entrevistas sequer falaram em política, ou porque não associaram políticas públicas com gestão ou porque simplesmente em nenhuma das entrevistas quiseram falar a respeito, mudando de assunto rapidamente, como uma forma de desvio. Preocupante saber que no momento em que foram abordadas, de antemão falou-se em políticas públicas e todas concordaram em dar entrevista, mas elas não sabem do que se trata.

Isso levanta a discussão de para quem estamos elaborando tais políticas. Ora, deve-se entender que toda e qualquer política, levantamento e pesquisa deve vir a público, principalmente a parcela demandante. Entende-se a precarização do trabalho na área de assistência em Porto Alegre, ainda assim não é possível encontrar respostas plausíveis do por que as políticas públicas não estão chegando aos seus destinatários de forma efetiva.

Outro aspecto já supracitado no capítulo anterior é a questão da violência. Entende-se que o processo de realização, ou a situação de rua, sejam aspectos de violência vivenciados por essas mulheres. Mas quanto categoria da realidade do cotidiano das entrevistadas foi tão exposta, que a categoria violência exigiu que fosse aberto um capítulo para discuti-las em suas amplas formas. Casos de abuso sexual, abuso sexual infantil, violência institucional, psicológica e agressão física perpassam a vida de todas as entrevistadas.

As campanhas de prevenção e educação em relação a violência contra a mulher, criança e/ou adolescente, estão na mídia, nos cartazes, em cartilhas, mas não chegaram a essas mulheres. Situações de violência intrafamiliar foram apresentadas de forma natural. É alarmante a naturalidade com que as mulheres relatam casos em que foram espancadas, quase até a morte, e não procuraram por ajuda, porque entendem a ineficiência de tais ações preventivas. “Por que eu procuraria ajuda? Para chegar em casa e apanhar mais? Preferi ir embora, sumir da vista dele. Ninguém ia me ajudar e ia sobrar para ela, que era pequena (a filha)” Alice, 62a. Até que ponto essas ações afirmativas estão de fato atingindo seu público alvo.

Quanto aos cuidados com saúde, da mesma forma que outras políticas, ela é precariamente utilizada e acessada. Alice aos 30 anos depois de passar por cinco gestações e ser atendida pelo Sistema único de saúde (SUS), relata que sempre foi bem atendida, mas que não costuma frequentar o posto caso não haja extrema necessidade “eu ficava grávida e ganhava a carteirinha do pré-natal. Agora eu fui lá, porque ele tem HIV, (o companheiro) e fui fazer o teste rápido. Não deu nada, só sífilis. Vou tratar. Senão nem passo lá, para quê?”.

As quatro outras mulheres dizem que acessam o posto quando muito necessário, mas não entendem que necessitem ir ao médico se não houver alguma urgência. Nenhuma delas é atendida pelo Consultório de rua, ação destinada a atender pessoas em situação de rua através de busca ativa. As que tiveram gestações na rua foram atendidas de acordo com o que preconiza o SUS.

\*\*\*

Diante de tudo que foi dito, necessita-se considerar que a rua e suas múltiplas facetas é um espaço possível não só para as mulheres, bem como para os homens, que por algum motivo perderam seus vínculos familiares ou encontram-se em situação econômica adversa. No entanto há de se ressaltar a falta de estrutura da instituição pública que permita o atendimento amplo às pessoas que moram na ou da rua.

Infelizmente, a pesquisa aqui proposta necessitou restringir-se a uma amostra de cinco participantes, para que se pudesse aprofundar cada uma das histórias de vida, por conta de ser o mestrado um espaço curto de tempo. Pois certamente haveria muito mais a se descortinar no universo que é a rua e seus habitantes. Embora os olhares dos gestores estejam mais voltados situação de rua, de um modo amplo, a rede de atendimento também necessita de ampliação e olhar mais voltado a questão de gênero.

A proposta deste projeto foi poder compreender o processo de realização em que essas mulheres estão inseridas e seus modos de vida, no afã de dar visibilidade ao que está a todo momento sendo suprimido.

Historicamente invisíveis fez-se necessário o acompanhamento durante este período para tentar entender por que as políticas públicas não têm alcance a essa violência mascarada. A esperança de que novos olhares sejam alcançados e antigas práticas tenham evolução em razão da demanda, esse trabalho espera ter contribuído para dar voz a essas mulheres, seus sonhos e suas vivências. Assim como possibilitar a ampliação da visão, porque como disse Marx “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defronta, diretamente legadas e transmitidas pelo passado”

## REFERÊNCIAS

AMBROMOWAY, Miriam, et al. Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios Para Políticas Públicas. Brasília. UNESCO. BID. 2002.

ALVES, Maria E. **As Moradoras De Rua Entram Em Cena: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da “questão social”**. VI Jornada Internacional de políticas públicas. São Luiz do Maranhão: 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro. Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. Tradução Sergio Milliet. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1970.

\_\_\_\_\_. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1997.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURGUIGNON, Jussara. A. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social**. In: Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul./dez. 2008

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: apartheid social no Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1993.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria da Rosa; PRATES, Jane Cruz. (Orgs.). **A exclusão social como uma das manifestações da questão social no contexto brasileiro**. In: As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a fome. **Política nacional para a inclusão da população em situação de rua**, 2008.

\_\_\_\_\_. MDS. **Pesquisa nacional Sobre a população em situação de rua**, 2008.

\_\_\_\_\_. **As transformações da Questão Social**. In: Wanderley, Mariangela Belfiore et al. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2000.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”**. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27. 1997, p. 19-40.

\_\_\_\_\_. SDH. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. IBGE. Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_mulher/Suplemento\\_Mulher\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf) acesso em: 02 de julho de 2015.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. L&PM Pocket: São Paulo, 1998.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: Wanderley, Mariangela Belfiore et al. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2000.

CNDDH. **Relatório Violações De Direitos Da População Em Situação De Rua Nos Meses Que Antecedem A Realização Da Copa Do Mundo**. Disponível em: <http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf> Acesso em: 09 de maio de 2015.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução nº 273 de 13 de março de 1993.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Em *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RIACHELIS, Raquel. A Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: Apresentando e problematizando fundamentos . In: **O Sistema Único de Assistência Social: entra a fundamentação e o desafio da implantação**, EDIPUCRS. Porto Alegre, 2010.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabará, 1987.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. DEMO. Pedro. **Introdução à metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léo: Trajetórias de Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

\_\_\_\_\_. **“Conceitualizando e Contextualizando a Exclusão Social”**. In: Políticas Públicas: Exclusão Social. Brasília: CODEPLAN, 1998, p.13- 29.

\_\_\_\_\_. **Exclusão no Brasil contemporâneo**. ANPOCS, Caxambú, 1995.

FERNANDES, Idília. **A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social**. Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, ano IV, dez. 2005

\_\_\_\_\_. **O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 6, Ano V, dez 2006.

FERREIRA, MACHADO, Frederico Poley Martins e Sulamita Crespo Carrilho. **Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte**. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 90, ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007.

FRASER, Márcia. GONDIM, Sônia. **Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, 2004, p. 139 -152.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **Humilhação social, um problema político em psicologia**. Psicol. USP vol.9 n.2 São Paulo, 1998.in:

GROTBERG, Edith. **Novas tendências em resiliência**. In Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1998

HARTMANN, H. **O casamento infeliz do marxismo com o feminismo: por uma união mais progressista**. Tradução: Reilly. São Paulo: 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.  
LENOIR, René. **Les Exclus**. Paris. Le Seuil, 1974.

LAVRADOR, Maria Cristina Campello. **Processos de exclusão e inclusão social**. In: BARROS, M.E.B.; ABDALA, M. (Orgs.) Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização. São Paulo: Paulus, 2005, p. 115-127.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2º Edição, Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal, Publicações Escorpião, 1989.

MAGNI, Claudia Turra. **A rua invisível: espaço de habitar**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, EVA M. **Técnicas de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã**. Tradução de Alvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. O 18 brumário de Luís Bonaparte. Ed. Boitempo, 2011.

MCKINNON, Catherine. **Feminist, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory**, Signs, 7 (Spring 1982), p.515, 541.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio de implementação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe B., HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como fazer, Como pensar**. São Paulo, Contextos, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio da Pesquisa Social**. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Petrópolis: Vozes, 2008.

NARCISO, Carla A. F. **Espaço público: desenho, organização e poder: o caso de Barcelona**. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa.

Sistema integrados de bibliotecas Repositório. Consultado em 26 de março de 2014. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/1736>>

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista estudos feministas. v. 8, n. 2, 2000.

PEDERSEN, Jaina. GROSSI, Patrícia. **O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural**. IN: Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Org. Maria Helena Mariante Ferreira, Maria Regina Fay de Azambuja. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social, **Revista Temporalis**, n. 9, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Planejamento da pesquisa social**. In: Temporalis, n. 7, Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

\_\_\_\_\_. Jane et al. **População em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Temporalis, nº 22, Brasília (DF), 2011, p. 191-215.

\_\_\_\_\_. Jane et al. **A mulher em situação de rua**. In: As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a categoria mulher?** In: A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

PEREIRA, Camila P. **Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2009.

PORTO ALEGRE, **Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre**. RS: 2014. / organizado por KOPTTIKE, Alberto. BASSANI, Fernanda. - Porto Alegre: Editora Bestiário, 2014. 270 .

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Anderson, BRÊTAS, Ana. **Envelhecimento em situação de rua: A história de Maria Rosa**. In: Nós e o Outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. Belkis Trench Tereza Etsuko da Costa Rosa Organizadoras. Instituto de Saúde: São Paulo, 2011.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. **O indizível e o dizível na história oral**. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência De Gênero No Brasil Atual**. Estudos Feministas. Ano 2. 1994.

\_\_\_\_\_. **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

\_\_\_\_\_. **Primórdios do conceito de gênero**. Departamento de Sociologia, PUCSP. Cadernos Pagu (12) 1999:pp. 157-163.

\_\_\_\_\_. **No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual**. Em F.R. Madeira (Org.), Quem Mandou Nascer Mulher? (134-211). São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 62

SAWAIA, Bader. **Exclusão ou Inclusão perversa?**. In. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. V. 16, nº2. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

\_\_\_\_\_. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**, Ed. Pedagógica e Universitária, 1974.

SILVA, Maria Lucia Lopes da, **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, Izalene. **A mulher moradora de rua: Entre vivências e Políticas Sociais**. São Paulo: Alínia, 2004.

WANDERLEY, Mariangela. **"Refletindo sobre noção de exclusão"**, in Sawaia, B. (ed. e org.). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Vozes, 2ª ed. Petrópolis, 2001, p. 16-26.

WOOLF, Virginia. **Woman and Writing**. Woman's Press, 1979.

UFRGS. **Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de rua e Estudo do mundo da População Adulta em Situação de rua de Porto Alegre/ RS**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Laboratório de Observação social. Porto Alegre: 2007

\_\_\_\_\_. UFRGS. **Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro brasileiras, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas, remanescentes de quilombos**, GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta – Orgs., Porto Alegre: Century, 2008

VILLELA, Wilza. OLIVEIRA, Eleonora. **O envelhecimento na perspectiva feminista: Simone de Beauvoir, Germaine Greer e o Coletivo de Boston**. In: Nós e o Outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. Belkis Trench Tereza Etsuko da Costa Rosa Organizadoras. Instituto de Saúde: São Paulo, 2011.

VINAGRE SILVA, Marlise. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido – Mulheres em situação de rua.

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

##### Mulheres em situação de rua

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa **“Mulheres e o Processo de Rualização: Condicionantes Sociais e Vulnerabilidade de Gênero”**. Meu nome é Graziela Oliveira do Rosario, sou Pesquisadora/Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Jane Cruz Prates, coordenadora do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais da Faculdade de Serviço Social. A decisão de participar ou não da pesquisa é sua. Caso em alguns momentos algumas palavras ou temas lhe parecerem confusos, peça para que eu pare e lhe explique do que se trata.

**1- Justificativa e objetivos:** Neste estudo pretendemos analisar as experiências sociais e o cotidiano de mulheres que estão vivenciando o processo de rualização. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para qualificação de trabalhos posteriores e o levantamento de conhecimentos e demandas vindas das mulheres em situação de rua.

**2 - Procedimentos:** Para realizar este estudo estamos entrevistando mulheres, voluntárias, que fazem da rua seu local de moradia. A coleta de informações que faremos com você se dará de forma individual. As entrevistas terão duração de 01 a 02 horas. Totalizando 3 entrevistas. As entrevistas ocorrerão em um local de sua escolha, onde seja resguardada sua privacidade. Ou seja, se não for conveniente fazermos onde você mora, podemos encontrar outro local. Estas entrevistas serão gravadas e o material das entrevistas será guardado com todo o sigilo pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS, e será destruído após 05 anos.

**3- Riscos e desconfortos:** A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

**4 - Benefícios:** A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e qualificação sendo assim sua participação é muito importante para que possamos adensar nosso conhecimento sobre o tema mulheres na rua. Deixo claro que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro ou de outra natureza para você.

**5 - Garantia de respostas a qualquer pergunta:** Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Assistente Social Graziela Oliveira do Rosario, sob a orientação da Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Jane Cruz Prates (Orientadora da pesquisa) e Graziela Oliveira do Rosario (Mestranda pesquisadora), através do telefone: (51) 3320-3539. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, através do telefone (51) 3320-3345.

**6 - Voluntariedade da participação e Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si:** A sua participação é voluntária, você não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito. Mesmo que me diga “sim” agora, poderá mudar de ideia a qualquer momento.

**7 - Garantia de privacidade:** Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo, ou seja, não citarei seu nome em nenhum tipo de apresentação, resguardando sua pessoal.

**Consentimento:** Tendo em vista os itens acima apresentados, eu,

\_\_\_\_\_ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante na pesquisa

\_\_\_\_\_  
Graziela Oliveira do Rosario  
Assistente Social –  
Mestranda/Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Jane Cruz Prates  
Profa. Dra. em Serviço Social –  
Orientadora

## Apêndice B - Roteiro de tópicos-guia para as entrevistas com mulheres em situação de rua.

Pesquisa: Mulheres e o processo de rualização:  
Condicionantes Sociais e Vulnerabilidade de Gênero

### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ESBOÇO DE ROTEIRO DE TÓPICOS PARA ENTREVISTAS NÃO ESTRUTURADAS DO TIPO FOCALIZADAS COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE

---

#### IDENTIFICAÇÃO DA COLETA

Pesquisador: Graziela Oliveira do Rosario

Local da coleta de dados: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ Entrevista n°: \_\_\_\_

---

#### IDENTIFICAÇÃO DA ESTREVISTADA

Nome:

Local onde vive:

Idade:

#### I. VIDA PREGRESSA, FAMÍLIA E LAÇOS DE AMIZADE.

- A vida anterior à rua.
- Relação com a família e amigos da comunidade anterior à rua.

#### II. PROCESSO DE RUALIZAÇÃO.

- Como se deu a ida para a rua.
- Contatos primários: os enfrentamentos no lugar público.
- Criação de novos vínculos.

#### III. COTIDIANO NO ESPAÇO PÚBLICO.

- Como vive, se alimenta e se abriga.
- Como é a tarefa de cuidar do corpo (saúde e autoestima).
- Acesso às políticas no contexto da rua.
- Assédio e violação do corpo.
- Riscos, medo e suas formas de enfrentamento a violação de direitos.
- Vivências e relações cotidianas.

#### IV. PERSPECTIVAS FEMININAS.

- Eu vejo o futuro...
- Eu, mulher e a rua...
- Meu dia-a-dia é... (diário do cotidiano)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** MULHERES E O PROCESSO DE REALIZAÇÃO: CONDIÇÕES DE VIDA E VULNERABILIDADE DE GÊNERO

**Pesquisador:** Jane Cruz Prates

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 36946114.4.0000.5336

**Instituição Proponente:**

**Patrocinador Principal:** MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 829.472

**Data da Relatoria:** 10/10/2014

**Apresentação do Projeto:**

O projeto "Mulheres e o processo de realização: condições de vida e vulnerabilidade de gênero" é um trabalho de Mestrado do PPG do Serviço Social sob a orientação da Professora Jane Cruz Prates.

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar os processos sociais que desencadeiam o processo de realização de mulheres e suas condições de vida na rua a fim de identificar demandas em relação ao processo de cada sujeito no singular e no coletivo a partir da análise de suas trajetórias de vida com o intuito de contribuir para a produção de conhecimentos subsidiando iniciativas direcionadas a este segmento populacional para enfraquecimento das desigualdades.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O trabalho não apresenta riscos consideráveis enquanto que o benefício reside na possibilidade de subsidiar iniciativas voltadas a este seguimento populacional.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um estudo de tipo misto com ênfase no qualitativo que pretende escutar cinco mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre com a finalidade de ampliar conhecimentos sobre a mediação entre gênero e rua e contribuir para que a questão da mulher com suas particularidades seja melhor contemplada nas políticas públicas.

**Endereço:** Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505

**Bairro:** Partenon

**CEP:** 90.619-900

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3320-3345

**Fax:** (51)3320-3345

**E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 829.472

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Toda a documentação requerida foi apresentada.

**Recomendações:**

Revisar o cronograma do trabalho.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

PORTO ALEGRE, 13 de Outubro de 2014

---

**Assinado por:**  
**Rodolfo Herberto Schneider**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505

**Bairro:** Partenon

**CEP:** 90.619-900

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3320-3345

**Fax:** (51)3320-3345

**E-mail:** cep@pucrs.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

R789a Rosario, Graziela Oliveira do  
Análise das condições e modos de vida de mulheres em  
situação de rua em Porto Alegre / Graziela Oliveira do Rosario. –  
2015.  
103 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de  
Serviço Social, PUCRS.  
Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Idilia Fernandes.

1. Mulheres – Aspectos Sociais. 2. Pessoas Desabrigadas –  
Porto Alegre. 4. Pessoas em Situação de Rua. 5. Realização.  
5. Relações de Gênero. 6. Serviço Social. I. Fernandes, Idilia.  
II. Título.

CDD 23 ed. 362.83

**Ficha Catalográfica elaborada por Ramon Ely – CRB10/2165**